



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

Tramas interseccionais de violência contra mulheres deficias em Alagoas.

ELIENE BERTO FERREIRA SANTOS

Maceió

2024

ELIENE BERTO FERREIRA SANTOS

Tramas interseccionais de violência contra mulheres deficias em Alagoas.

**Trabalho apresentado como requisito
para a defesa do Curso de Mestrado
em Antropologia Social, do Programa
de Pós-Graduação em Antropologia
Social da Universidade Federal de
Alagoas. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia
Meinerz.**

**Maceió
2024**

FOLHA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ACADÊMICO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Dissertação de mestrado de autoria de Eliene Berto Ferreira Santos,
intitulada: “**Tramas interseccionais de violência contra mulheres deficias em Alagoas.**”, apresentado como requisito parcial para obtenção do
título de Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Alagoas
(UFAL), em dezembro de 2024, submetido à defesa para seguinte banca
examinadora:



Documento assinado digitalmente
ANA CLAUDIA RODRIGUES DA SILVA
Data: 09/02/2025 22:42:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Cláudia Rodrigues da Silva
Avaliadora externa (UFPE)



Documento assinado digitalmente
TELMA LOW SILVA JUNQUEIRA
Data: 05/02/2025 19:02:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Telma Low Silva Junqueira
Avaliadora interna (UFAL)



Documento assinado digitalmente
DEBORA ALLEBRANDT
Data: 07/02/2025 10:19:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Débora Allebrandt
Avaliadora Interna (ICS/UFAL)



Documento assinado digitalmente
NADIA ELISA MEINERZ
Data: 18/02/2025 14:10:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nádia Elisa Meinerz
Orientadora/Presidenta (ICS/UFAL)

Maceió/AL
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB4/ 661

- S237t Santos, Eliene Berto Ferreira.
Tramas interseccionais de violência contra mulheres deficias em Alagoas / Eliene Berto Ferreira Santos. – 2024.
103 f.
- Orientadora: Nádía Elisa Meinerz.
Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Maceió, 2024.
- Bibliografia: f. 90-97.
Apêndices: f. 96-103.
1. Mulheres com deficiência - Alagoas. 2. Violência de gênero. 3. Interseccionalidade. 4. Ativismo. 5. Capacitismo. I. Título.

CDU: 396(813.5)

*Je ki agbara awon baba wa mu wa lo si ipa ona
ija fun gbogbo wa. Ki ogbon awon baba nla wa pon
ogbon wa. Ki agbara awon baba wa je agbara wa.*

*Que a força das nossas ancestrais nos levem a
caminhos de luta por todas nós. Que a sabedoria
das nossas ancestrais agucem a nossa sabedoria.
Que a força das nossas ancestrais seja a nossa
força.*

**Dedico este trabalho a todas as mulheres deficias
vítimas-silenciadas. Plantei uma sementinha de
luta e hoje estou colhendo alguns dos seus
frutos. Que este trabalho alcance sementes,
folhas, frutos. Que estes rompam com o silêncio.
Desejo que a força e as múltiplas possibilidades
de ser alcancem-as.**

AGRADECIMENTOS

Construir nossos sonhos, em suas magnitudes, custa dedicação, companheirismo e sobretudo afeto.

Agradeço à Iemanjá, dona do meu Orí, por nutri-lo e por me dar caminho. Que as forças inquestionáveis de suas águas, continuem a me proteger e me dar axé. Odoyá! À mamãe Iansã, por me dar a sua bravura e benevolência de búfalo, mas também me dar a sagacidade de poder voar calma como uma borboleta. Eparrey! Ao meu pai Oxossi, o rei caçador, que me ensina que meus objetivos para serem flechados, necessitam de serenidade e mira precisa na prosperidade e sua fartura. Okê caboclo! Ao Seu Tranca Ruas do Embaré, meu padrinho, que nas encruzilhadas da vida é meu protetor. Que me orienta, me ensina, abre caminhos e me dá forças sempre que eu preciso. Laroyê Exu! Á meu Exu, guardião leal, por estar sempre comigo, cuidando dos meus caminhos e amarrando com um nó meus inimigos! Às minhas moças, por suas forças de mulher, aguçarem a minha intuição e instruírem meu caminhar com cheiro de rosas e mel. Optchá cigana! Pombogira mojoba! À todos os meus guias espirituais, Adupé! Agradeço também à minha Yalorixá, Mãe Célia de Xangô, por todo cuidado e amor.

Longe de casa, agradeço à minha família por entenderem minha ausência física em momentos importantes. Agradeço pelo amor que sinto por vocês me dar forças para continuar e perseverar, mesmo diante das inúmeras vontades de desistir e voltar para casa. À minha mãe Eliane, meu pai Evanildo, irmãos Everson, Everton e Elaine. Meus sobrinhos: Anne Catarina, Bryan e Laurinha ainda à caminho. À minha cunhada Leydi. Aos meus tios Gilson, Nitinho e Elenice. Meus tios Jorge, Neto e Jailson (in memorian). Meus primos e primas: Jéssica, Jackeline, Geová, Charlinho e Hevelyn. Amo vocês imensamente. À minha avó Nalva (in memorian) por ainda que espiritualmente me cuidar me dar seu colo. Sua risada que ainda hoje ecoa na minha memória, me fortalece. Queria poder te contar que a sua pequena cresceu e hoje está obtendo o título de mestra, mas eu sei que você já sabe, porque eu te sinto e sei que em nenhum momento você saiu do meu lado.

Agradeço ao afeto que cura e potencializa nossos sonhos através dos meus! À Islla, minha companheira, que com seu amor, cuidado e carinho, constrói dias e momentos que me trazem felicidade e vontade de viver cada partícula do nosso amor. Aos meus amados amigos que a UFAL me deu, da graduação ao mestrado:

Íris, Lucas, Daniel, Erick, Magda, Larissa Anastácia, Céu, Richard, Douglas, Lys, Janderson, Gian, Bruno, Geane, Mariana, Victor, Tereza, Rafa, Hiza, Carlos, Júlia Paredes, Cristina e Frazão. Vocês foram essenciais na minha formação acadêmica e sem dividir alegrias, surtos com vocês eu não teria onde me sustentar nos momentos de mais fragilidades. Às minhas amigas e amigos: Camila, Yana, Myrna, Ananda, Tatiane, Will, Felipe. Obrigada por permanecerem e tornarem meus dias melhores.

À minha querida orientadora, Nádia Meinerz, por ter topado construir essa pesquisa junto comigo e por me acompanhar desde a graduação. Sorte a minha ter uma orientadora como Nádia. Apesar das adversidades dos caminhos de fazer pesquisa, sempre soube contorná-las e construir novas possibilidades, sem deixar que minha esperança e força cessassem. Obrigada por cada minuto de orientação, por cada texto compartilhado e discutido. Cada minuto te ouvindo é sentir orgulho de te ter nessa jornada. Que não lhes falte nunca coragem e sagacidade dentro das paredes acadêmicas, sobretudo as da vida. Obrigada por sorrir e chorar junto comigo!

SUMÁRIO:

1. Antropologia, mulheres, deficiência, violências: Da ciência à experiência...	12
1.1 Mulheres/corpos que narram histórias de violência.....	19
1.2 Corpos deficias em circulações cotidianas e violências estruturais.....	21
2. Eu defixa, eu pesquisadora.....	28
2.1 Sobre pesquisar, chorar e prosseguir.....	30
2.2 Por que defixa?.....	36
2.3 Percursos teórico-etnográficos.....	40
2.4. A busca pelo giro decolonial desde Maceió-AL.....	49
3. Narrativas em forma de tramas interseccionais.....	60
3.1 Violência como desdobramento da desigualdade de gênero.....	65
3.2 Violência como desdobramento do Capacitismo.....	75
3.3 Do Gênero ao cuidado, do cuidado à sexualidade e temor da violência.....	83
Referências:.....	94

Resumo: No Brasil, as pesquisas antropológicas que tratam de violência de gênero, favorecem pouco a compreensão de enquadramentos específicos, como o das mulheres com deficiências. A necessidade de pautar essa temática entrecruzada com o capacitismo esbarra nos limites das próprias informações sobre esse público. Através do método de pesquisa etnográfica, estabeleci uma interlocução com seis mulheres deficias e duas mães de pessoas deficias, do estado de Alagoas. O ponto de partida do diálogo foram contos, por mim produzidos, a partir das histórias de violências retiradas de pesquisas científicas sobre a temática, que demonstram expressões de violência físicas, sexuais, psicológicas, morais, etc. Esses compartilhamentos resultaram numa série de trocas de mensagens e encontros online nos quais as mulheres quebram o silêncio em relação a suas próprias experiências. As narrativas trazem à tona situações de violências vividas em função de múltiplas opressões que se inscrevem em seus corpos. A etnografia também descreve a emergência de um ativismo de mulheres deficias em Alagoas. A Associação de Mulheres com deficiência de Alagoas (AMDEAL) que eu também construo como pesquisadora e mulher defica. Concluo que mulheres deficias estão mais expostas às violências físicas, psicológicas e sexuais, em virtude da própria estrutura de segregação que aprofunda experiências outras para pessoas com deficiência e da violência de gênero, a qual as mulheres em geral experienciam.

Palavras-chaves: Mulheres; Deficiência; Violência de gênero; Capacitismo; Interseccionalidade; Ativismo.

Abstract: In Brazil, anthropological research on gender-based violence does little to help understand specific frameworks, such as that of women with disabilities. The goal to address this issue, which is intertwined with ableism, comes up against the limits of information on this group. Using the ethnographic research method, I established a dialogue with six disabled women and two mothers of disabled people from the state of Alagoas. The starting point for the ethnographic encounter was three short stories I produced based on stories of violence taken from scientific research on the subject, which show expressions of physical, sexual, psychological and moral violence, etc. This resulted in a series of digital message exchanges and online meetings in which women broke the silence about their own experiences. The narratives break the silence about violent experiences, as a result of multiple embodied oppressions. The work also describes the emergence of disabled women's activism in Alagoas. The Association of Women with Disabilities of Alagoas (AMDEAL), which I am also building as a researcher and disabled woman. I sustain that deficiente women are overexposed to physical, psychological and sexual violence, due a segregate structure that deepens gender-based violence that women in general experience.

Keywords: Women; Disability; Gender based Violence; Ableism; Intersectionality.

1. Antropologia, mulheres, deficiência, violências: Da ciência à experiência.

“Tenho em mim mais de muitas. Sou uma mas não sou só”

E quanto às marcas latentes no corpo e na mente, quem cuida? O Estado? A igreja? A família? O que nos protege? O que determina as trajetórias dos corpos dissidentes? Essas são muitas questões iminentes que se movimentam ao longo da minha vida. Me questiono, mas talvez eu saiba as respostas, ainda que elas sejam utópicas ou idealizadas a partir de perspectivas outras. Afinal, eu sou cientista social e o que me importa são os fatos? Os dados empíricos? A teoria? Ora, eu também sou uma mulher deficiente, negra e bissexual, que ousa sonhar com a revolução das ideias e mentes. Eu sou a pessoa que planta a semente da esperança e crê na possibilidade de que um dia os caminhos serão menos árduos e a existência, na sua magnitude, será de fato uma possibilidade e não impossibilidade.

E o que seria de mim sem construir a esperança de mudança? Eu ainda faria antropologia? Ousaria teorizar sobre particularidades e subjetividades? De que valeria a pena? Para que me serviria? Essas e outras questões poderão não ser sanadas neste texto. Entretanto, me proponho a evidenciar trajetórias e narrativas, junto de mulheres deficientes alagoanas, que também buscam respostas. Também buscam acolhimento, proteção e uma possibilidade de existência digna. Mulheres estas que vivenciam/vivenciaram experiências marcadas pelas violências que se desdobram do capacitismo e da desigualdade de gênero.

A violência, de todos os tipos, é uma realidade que se constrói e se fortalece cotidianamente e historicamente. Quando se trata de violência e de gênero, temos uma vasta discussão acerca. Aqui em Alagoas, a análise do Relatório Final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a Violência contra as Mulheres (2013) levou à criação do Mapa da Violência de 2015 – Homicídio de Mulheres no Brasil. Nesse relatório consta, que durante a coleta de dados, a equipe visitou órgãos de apoio em Alagoas, entretanto, não houve suporte suficiente para atender à demanda do estado completo, sobretudo os interiores, concentrando-se em Maceió, onde as redes se encontram abundantemente. Também é registrado no documento que durante esse inquérito, foi possível observar a falta de preparo das

instituições, que se apresentava na falta de ambientes seguros de suporte e acolhimento para vítimas de violências físicas, verbais, psicológicas, patrimoniais, etc.

O preparo referido no documento demanda uma reconfiguração e desconstrução das lógicas sexistas e androcêntricas que expõem todas as mulheres à violência, seja por parte de seus agressores, no caso de violência doméstica e intrafamiliar, seja por parte da sociedade de forma mais ampla, através de violências variadas e externas. Hoje, há muito mais mecanismos de acolhimento na capital alagoana, entretanto a efetividade de suporte e acolhimento, ainda não abrange suficientemente suportes emocionais, domésticos, econômicos (Leite, 2018). Sabemos que o patriarcado, o capitalismo, são geradores de diversos problemas e mazelas sociais, que estruturam a vida social de pessoas em geral corriqueiramente, diariamente, do acordar ao dormir. Heleieth Saffioti define violência contra as mulheres como qualquer forma de corromper a integridade da vítima, sejam estas: integridade moral, sexual, física e psíquica. Todas expressas de diversas formas, com contornos mais evidentes pela variação da classe social (Saffioti, 2015).

Estou considerando como violência de gênero qualquer expressão de violência que tenha por base o gênero, sobretudo, as que estão especificadas na Lei Maria da Penha podendo ser perpetradas espaços públicos, privados e domésticos. Esse conceito foi desenvolvido por Heleieth Saffioti e Suely Almeida, em 1995. A violência de gênero não se limita à dominação masculina, pois segundo Gregori (1993), dar exclusividade à vitimização da mulher ressalta e fortalece papéis sociais de mulheres, enquanto fragilizadas e prontas para servirem e dizer sim, embora dizer não seja da sua vontade. Essa autora situa a violência doméstica como definição operativa para outras relações de poder, podendo inclusive contemplar homens em situação de violência nesse mesmo ambiente. A equação masculino/feminina enquanto perpetrador e vítima é complexificada a partir de concepções sobre sexualidade, educação, convivência, dignidade da pessoa, além das posições definidas por outros marcadores ou categorias de diferenciação que relacionam distintas posições de poder, tais como geracionais ou etárias, raciais, de classe, ascensão social e de deficiência (Debert e Gregori, 2008).

A violência de gênero vitima mulheres de diferentes classes sociais, pertencimentos étnico-raciais e corporalidades, deixando expostos os fenômenos sociais relativamente ocultos, no contextos socioculturais marcados por relações de

poder imbricadas em múltiplas intersecções, dentre elas a deficiência (Mello, 2010). O conceito de gênero não é utilizado somente para distinguir o homem e a mulher, mas é uma ferramenta histórica cunhada para designar uma forma primária de desigualdade nas relações sociais. O gênero é uma ferramenta central de leitura da sociedade, cuja contribuição é percebida em qualquer nível de análise. A sua disseminação se conjuga principalmente com a caracterização da dominação masculina, expressa através dos processos de socialização que afetam práticas, sentimentos, pensamentos, comportamentos e identidades dos indivíduos (Silveira, 2006). As relações de gênero são marcadas pela construção que homens e mulheres vão tendo ao longo da sua formação em sociedade.

Por vitórias históricas, graças aos movimentos de mulheres que travaram lutas, tentando mudar realidades postas, conseguimos observar uma linha crescente de mudanças no delineamento de políticas públicas para mulheres, no desenraizamento de ideias naturalizadas sobre o corpo feminino, papéis de gênero e na construção de leis para coibir e enfrentar a violência de gênero. Entretanto, apesar dos avanços, o entrecruzamento entre o patriarcado e o capitalismo é renovado diariamente, a partir das estruturas e das práticas sociais. Embora possamos situar o patriarcado como uma dinâmica anterior ao sistema de produção vigente e atual (Rosaldo e Lamphere, 1979), multiplicação das formas de mercantilização do corpo feminino próprias ao capitalismo aprofundam o patriarcado.

No campo das salvaguardas às mulheres, destaca-se a Lei 14.245/2021, que prevê punições para atos que violem a dignidade de vítimas de violência sexual e testemunhas durante julgamentos. Já a Lei 13.104/2015 alterou o Código Penal, qualificando o feminicídio como crime hediondo, abrangendo agressões físicas ou psicológicas, abuso, assédio sexual, tortura, mutilação genital ou qualquer outro crime motivado pelo gênero. Apesar desses avanços legais, a realidade enfrentada por muitas mulheres permanece cruel e devastadora. Esses avanços ainda deixam lacunas significativas, especialmente para mulheres pertencentes a minorias sociais — aquelas que não são brancas, cisgênero ou heteronormativas —, que muitas vezes não são incluídas na proteção efetiva dessas medidas (Santos, 2022).

Voltando aos ensinamentos de Heleieth Saffioti, o patriarcado se alimenta da opressão das mulheres de diferentes classes dentro do sistema capitalista. A autora defende a existência de uma fusão/intersecção entre os debates de violência de gênero, classe e raça (Saffioti, 2001). O surgimento desse ativismo revela que,

apesar da existência de leis e políticas públicas voltadas ao combate à violência contra as mulheres no Brasil, as mulheres com deficiência ainda permanecem invisibilizadas. Tanto no âmbito constitucional quanto no social, elas são frequentemente percebidas como "objetos a serem protegidos", mas raramente são reconhecidas como sujeitos políticos, capazes de protagonizar seus espaços de trabalho, estudo e sua própria trajetória de vida. A antropologia, as ciências sociais e os debates feministas desempenham um papel crucial ao destacar a urgência dessa discussão e ao produzir evidências empíricas sobre os corpos de mulheres com deficiência, que permanecem imersos em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero (Santos, 2022).

Quando essa leitura se aplica à experiência das mulheres com deficiência, lidamos com a intersecção entre diferentes vias de opressão. Kimberlé Crenshaw, através do conceito de interseccionalidade nos mostra a sobreposição das estruturas de opressão baseadas na classe e na raça. Denuncia a visão do feminismo branco que não contempla as pautas das mulheres negras, bem que do movimento negro, que não distingue as formas específicas de racismo contra as mulheres. As mulheres negras precisam ser ouvidas em suas necessidades específicas, as quais não são visibilizadas em espaços de debates e de tomadas de decisão política. O termo define debates referentes ao feminismo negro frente às opressões da nossa sociedade "cisheteropatriarcal" branca, desmistificando a ideia de um feminismo branco hegemônico e global (Akotirene, 2019).

O conceito de interseccionalidade é suma importância para os estudos sobre violência de gênero e capacitismo respaldando e salientando que as formas de opressão são variadas e específicas. A experiência da deficiência não se desassocia do pertencimento étnico/racial da classe social, deficiência, da sexualidade, da experiência geracional, demandando uma abordagem interseccional (Mello, 2010). Mulheres com deficiência estão inseridas no contexto de violência, por serem infantilizadas e percebidas como incapacitadas para a vida reprodutiva e para o exercício do cuidado com os outros, que são as principais formas de reconhecimento femininos. Estudos feministas (*feminist disability studies*) falam sobre interdependência e a radicalizam a leitura da deficiência como questão sociológica, pois as segregações e dificuldades não decorrem da variabilidade de corpos, mas por todo contexto político e sociocultural que os transforma numa desvantagem que potencializa desigualdade social por uma sobre-demanda de

cuidados. Martha Nussbaum (1999) ressalta a importância de uma "economia de cuidados" que reconheça e valorize o trabalho de cuidado, tanto no nível pessoal quanto no nível político e social. Para Nussbaum, a ausência de uma distribuição equitativa do trabalho de cuidado entre os gêneros é uma falha significativa na estrutura social e econômica. Quando o cuidado está ligado à deficiência, se faz necessário subsídios que construam com efetividade políticas públicas para apoiar todos os cuidadores, independentemente do gênero. Isso inclui medidas como licenças de cuidado remuneradas, serviços de apoio comunitário e campanhas de conscientização para desafiar estereótipos de gênero.

Além de produzir novos enquadramentos às iniquidades, a interseccionalidade também abre espaço para a potencialidade das corporalidades específicas. Nessa brecha, as mulheres *defiças* acompanham a discussão sobre corpos epistêmicos que toma forma na luta política das minorias sociais, agregando-se também a novos debates na antropologia brasileira. O corpo não é apenas o alvo da opressão, mas uma fonte viva de resistência, um solo fértil de saberes e movimentações insurgentes. O corpo epistêmico revela-se como a chave para pensar a deficiência, postulando que o conhecimento não nasce apenas do interesse biomédico, mas também das experiências profundas de experiências que constroem corpos para desafiar o tempo e a segregação das relações sociais.

Dentro da antropologia negra e indígena, o corpo é uma força que desafia e questiona os paradigmas teóricos eurocêntricos, tornando-se um campo de produção e transmissão de saberes e rebeldias ancestrais. Essa visão nos convida a subverter as hierarquias do saber, a enxergar que existem outras formas de conhecimento além daquelas consagradas pela academia e pela lógica colonial. O corpo epistêmico, assim, se torna um espaço sagrado de afirmação de identidades, um ponto de resistência à objetificação e ao rebaixamento temporal, revelando um saber que é ao mesmo tempo ancestral e revolucionário.

A violência é uma realidade que afeta milhares de pessoas, sobretudo pessoas situadas em posições de subalternidades. O censo demográfico de 2010 que foi o primeiro realizado de acordo com a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001, substituindo a antiga CIDID que classificava deficiências, incapacidades e desvantagens (Amiralian et al, 2020). Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, cerca de 24% da população

brasileira, aproximadamente 45 milhões de pessoas, possui algum tipo de deficiência. Dentre essa população, 53,58% são mulheres, totalizando cerca de 10,5 milhões de mulheres com deficiência. Em Alagoas, ainda segundo o censo do IBGE de 2010, o número de pessoas com deficiência em Alagoas é de aproximadamente 27% da população, ou seja, 860 mil, dos mais de três milhões de habitantes. Ainda acrescento que:

Para contabilizar os cerca de 45 milhões de brasileiros que possuem apenas uma deficiência foi utilizada uma abordagem que visou identificar quem eram as pessoas com deficiência a partir das estruturas corporais e se estas enfrentam limitações e barreiras nas funções exercidas individualmente. Essa abordagem contempla os preceitos deliberados pela Convenção de Direitos da Pessoa com Deficiência, aprovada no âmbito das Nações Unidas, em 2006, buscando validar uma metodologia específica de análise das deficiências organizadas em forma de perguntas. (Washington Group on Disability Statistics – WG). O questionário buscou identificar as pessoas com deficiência intelectual, a partir de perguntas que limitavam as habilidades de trabalhar, brincar, estudar, etc. Buscava mapear as pessoas deficias com perguntas que investigavam a presença na família de pessoas com dificuldades para enxergar, ouvir ou andar. Essa forma de investigação ressalta a patologização da deficiência, enquanto doença e um corpo lesionado, incapaz de proceder em atividades cotidianas, ao contrário do que o modelo social da deficiência propõe (Santos, 2022, p. 13).

A vulnerabilidade desses corpos se torna material, uma vez que ser considerada “incapaz” torna a mulher mais exposta às reverberações de múltiplas formas de violência, sobretudo quando não há, de fato, uma rede de enfrentamento efetivo baseada nos fatores e circunstâncias específicas que vitimam as mulheres *defiças*. Portanto, ao pensar o contexto de desigualdades e suas respectivas implicações para mulheres, em específico, compreendo que há experiências diversas sendo experimentadas a partir das especificidades que se interseccionam no contexto de mulheridades. O conceito de mulheridades foi desenvolvido pela autora e pesquisadora Djamila Ribeiro (2019). Ela define mulheridades como a diversidade de experiências e identidades femininas, enfatizando que a experiência feminina não se resume a uma única expressão. Djamila Ribeiro (2019) usa o termo para destacar as diferentes vivências e perspectivas das mulheres, especialmente no contexto das questões raciais, sociais e de classe. No caso das mulheres com deficiência, essas especificidades corroboram para pensarmos quais os fatores desencadeiam situações diversas de violência.

Ao longo desta dissertação, percorremos diferentes camadas que envolvem a interseccionalidade entre deficiência, gênero e violência, conectando perspectivas teóricas, experiências pessoais e narrativas de mulheres *defiças* em Alagoas. Cada capítulo se entrelaça ao próximo, formando um percurso analítico e reflexivo sobre as formas como a opressão e a resistência se manifestam nas vidas dessas mulheres. Neste primeiro capítulo, "Antropologia, mulheres, deficiência, violências: Da ciência à experiência", são discutidas as bases teóricas que sustentam a pesquisa. A violência contra mulheres com deficiência é abordada a partir de um olhar antropológico, inserido em debates sobre gênero, interseccionalidade e capacitismo. O capítulo busca articular como as desigualdades estruturais se materializam nos corpos e trajetórias das mulheres *defiças*, apontando a necessidade de um olhar crítico sobre as políticas públicas e as dinâmicas sociais que perpetuam essa violência. A seguir, no subcapítulo, serão apresentadas narrativas de mulheres *defiças* que relatam suas experiências de violência. O subcapítulo destaca como essas histórias contribuem para uma compreensão mais ampla da interseccionalidade entre deficiência e gênero, demonstrando as diferentes formas de opressão e resistência.

1.1 Mulheres/corpos que narram histórias de violência

Neste texto, trarei dados empíricos que suscitam o debate da violência contra mulheres *defiças*, a partir da colaboração de pesquisa de seis mulheres defiças residentes na capital e do interior de Alagoas. Elas são as protagonistas de toda esta dissertação. Suas histórias narram e constroem este texto junto comigo. São elas¹:

- 1) **Tiê:** Faz parte da colaboração dos dados de campo recolhidos em 2021. Tiê é um homem trans e os dados foram obtidos enquanto sua identidade ainda era performada como uma mulher, cisgênera e bissexual. Essas narrativas fazem parte apenas de uns dos capítulos anteriores da sua história. Entretanto, Tiê não lê esses capítulos anteriores e toda sua história como uma fase de desapropriação de si. Assim, ele autorizou a publicação de todos os dados que serão vislumbrados neste texto. Ele reside na parte alta de Maceió, tem 36 anos, que se reconhece enquanto uma pessoa negra. É estudante de psicologia. Seu tipo de deficiência é visual, estando monocular (baixa visão), glaucoma (cegueira total no olho esquerdo) e retinopatia diabética.
- 2) **Márcia:** É uma mulher, cadeirante, paraplégica, de 64 anos, que teve um trauma medular, após um episódio de violência e tentativa de feminicídio. Ela é uma mulher negra, moradora da parte alta de Maceió e constrói a Associação de Mulheres com Deficiência de Alagoas (AMDEAL), da qual eu também faço parte.
- 3) **Roberta:** É uma mulher com deficiência visual, que convive com a miopia degenerativa. Roberta é professora, em tempo integral. Ela se reconhece enquanto uma mulher negra, tem 61 anos e reside no interior de Alagoas, em São Miguel dos Campos.

¹ Todos os nomes utilizados são fictícios. Decisão definida pelo CEP/UFAL durante a tramitação da aprovação do projeto de pesquisa.

- 4) **Júlia:** É cadeirante, paraplégica e tem 45 anos. Ela reside em Maribondo, interior de Alagoas. Se reconhece enquanto uma mulher branca e se define enquanto “dona de casa”. Ela também constrói a AMDEAL.
- 5) **Amélia:** É uma mulher de 37 anos, negra, com deficiência visual, moradora de um bairro situado em uma das periferias de Maceió e reside com com seus pais. Amélia é muito engajada na política da cidade e atualmente trabalha em uma loja no centro da cidade.
- 6) **Ana:** É uma mulher que convive com cegueira total, que se reconhece enquanto uma mulher negra. Ela tem 50 anos, é estudante de jornalismo, na UFAL e moradora da parte alta de Maceió.

Também apresentarei falas de duas mães de pessoas com deficiência intelectual, que são: Josefa e Maria. As informações citadas sobre elas foram obtidas durante uma roda de conversa sobre sexualidade da pessoa com deficiência, no Centro-Dia (Pestalozzi Maceió). A roda de conversa foi conduzida pela professora Nádia Meinerz e foi composta pelas mães das pessoas com deficiência que fazem parte da Associação Pestalozzi. Esta roda de conversa surgiu a partir da demanda que a assistente social da associação, que eu estava em contato, trouxe enquanto uma urgência, enquanto falávamos da possibilidade da organização da roda de conversa referente a minha pesquisa sobre violência. Ela argumentou que os filhos e as filhas dessas mães, em sua maioria, não tinham a liberdade de expressar suas sexualidades e de ter relações sexuais/românticas, entoando que as mães tinham medo de que eles fossem vítimas de “pessoas aproveitadoras” e outras mães apenas eram conservadoras. A roda de conversa fluiu bem. A mesma foi gravada por mim, sob a autorização da Instituição, que por sua vez deixou as mães cientes da ação.

As narrativas de Tiê e Amélia, foram construídas ainda no contexto pandêmico, em 2021, durante o processo inicial de pesquisa de campo que estava sendo construído para a produção do meu trabalho de conclusão de curso, durante a graduação em Ciências Sociais. Por se tratar de um contexto pandêmico, as possibilidades eram restringidas e todos os dados foram obtidos, de forma individual de cada uma, através da troca de inúmeros áudios via whatsapp. Após essa

aproximação inicial, durante o percurso da pesquisa do mestrado em 2023, em conjunto com a professora Nádia, iniciei as tentativas de organizar rodas de conversas sobre o tema da violência nas Instituições de Maceió e do interior do estado, que acolhem pessoas com deficiência, dentre elas estão: Pestalozzis, ADEFAL, NUDEPE-Penedo. O intuito era reunir mulheres com deficiência para dialogarmos sobre esse tema a partir dos contos em encontros presenciais, buscando apoio destas instituições para esse objetivo. Durante as tentativas, algumas instituições me acolheram com entusiasmo, ressaltando a importância de tratar do tema. Porém, não houve progresso na articulação desses encontros, apesar da minha insistência e de meus vários retornos. Apenas a roda de conversa sobre sexualidade da pessoa com deficiência aconteceu, presencialmente, na Associação Pestalozzi (Centro-Dia) que será apresentada logo mais.

Com as dificuldades nas associações, parti para a outra possibilidade que era de mapear, a partir das minhas redes, mulheres *defiças* e reuni-las presencialmente, para realizar as rodas de conversa. Entretanto, nas trocas de mensagens com as mulheres, logo se tornou evidente que as possibilidades das rodas se efetivarem presencialmente eram pequenas. Todas as interlocuções aconteceram de forma virtual, pois todas as colaboradoras de pesquisa apresentavam pouca disponibilidade de deslocamento. A maioria apresenta dificuldades de locomoção e acessibilidade nos transportes públicos e na cidade ou por motivos outros que não foram relatados. Eu ainda apresentei a possibilidade de ir até suas residências de forma individual, mas muitas vezes o ambiente de casa não é seguro, acolhedor e confortável para tratar de um tema delicado. Por esses motivos, todas preferiram ter esse momento de troca de forma virtual, por vídeo chamada (gravação do áudio) ou por troca de mensagens via áudio.

O próximo subcapítulo discute como as mulheres com deficiência enfrentam barreiras cotidianas na cidade, no transporte público e nas instituições que deveriam garantir sua proteção. A violência estrutural se manifesta na falta de acessibilidade e na invisibilidade dessas mulheres no planejamento urbano e nas políticas sociais.

1.2 Corpos defiaças em circulações cotidianas e violências estruturais

Entre as inúmeras idas e vindas até as instituições, gostaria de destacar que enquanto mulher *defiça*, negra e pesquisadora que vivenciei as dificuldades de acesso e de reconhecimento de forma muito impactante. Em muitos momentos de perambulação entre as instituições, senti desconfortos e afetações sobre as quais tive dificuldade de escrever. Cada instituição visitada me trazia a sensação de que o capacitismo era exalado no ambiente. Seja pelas atitudes das pessoas, seja pela própria estrutura dos lugares que apesar de oferecer assistência para PCDs, não foi feita para comportar corpos dissidentes. Em uma das idas para a ADEFAL, vivenciei uma experiência que para mim foi a mais dolorosa e a que escancarou as violências que passam despercebidas. Trago um trecho cru de diário de campo, que revela a violência estrutural da ambiência urbana hostil da capital alagoana. Segue meu relato registrado no dia 20/10/23:

Me direcionei para a sede da ADEFAL, e como esperado o coordenador de pesquisa não estava. A coordenadora de lá me passou o contato do celular dele. Eu agradeci, saí da sede e já fui tentando falar com ele. Pelo celular, expliquei para ele sobre o projeto e ele respondeu dizendo que as mulheres associadas da ADEFAL, tinham muito boa vontade de participar dessas pesquisas e que super rolaria de acontecer a roda de conversa. Entretanto, ele me sinalizou que novamente iria estar tirando o resto das férias dele (10 dias) e que retornaria o contato comigo em 03 de novembro.

Na volta para casa, segui em direção ao ponto de ônibus. Uma das minhas corriqueiras reclamações é a ausência de faixas de pedestres na Avenida Fernandes Lima. Uma das principais avenidas da cidade de Maceió. Eu chego no ponto que eu descii, para chegar na ADEFAL e percebo que não há faixa de pedestre para conseguir atravessar as duas vias e assim chegar

até o outro lado e pegar o ônibus subindo. Eu já saí da ADEFAL pensando nas faixas de pedestres. O tempo todo isso estava me martelando, muito mais como uma sensação. Naquele momento eu pensei: Tento atravessar aqui mesmo ou sigo em busca de uma faixa de pedestre? Por ser uma avenida muito movimentada, com um grande fluxo de carros indo e voltando, resolvi seguir minha intuição e ir andando em busca de uma faixa. De longe eu vi uma possibilidade de atravessar. Vi a passarela do CEPA. As pessoas de Maceió que conhecem, sabem que se trata de uma extensa passarela em largura e em altura. Estou lidando com uma inflamação no nervo ciático e estava rezando para que próximo da passarela do CEPA, tivesse uma faixa, para que eu não precisasse percorrer aquela extensa subida, assim evitaria que eu sentisse muita dor.

Até então, eu estava vivendo algo que era particular meu, apesar da reclamação da dor na perna, eu não estaria impedida de subir a passarela e atravessar a Avenida normalmente. Até que o percurso muda.

Segui caminhando e logo mais, vejo uma mulher parada de frente para a pista, como se estivesse tentando atravessar. Quando eu me aproximei mais, ela me chamou e perguntou se eu sabia se existia alguma faixa de pedestre próxima, para que ela conseguisse atravessar. Eu disse que não sabia, que estava procurando também e que a possibilidade mais próxima de conseguir atravessar era subindo a passarela do CEPA. Ela olhou para mim, aparentando estar muito

desanimada e frustrada, dizendo que não conseguia subir, porque ela estava lidando com uma paralisia múltipla, que estava imobilizando todo o lado direito do seu corpo. Disse também que era de Fortaleza e que estava aqui em Maceió em busca de tratamento, uma vez que ela ficou acamada por um ano e agora estava se recuperando. Ela olhou no fundo dos meus olhos e me pediu para ajudar ela a atravessar a avenida. Disse que já estava se sentindo fraca de andar, e que precisava atravessar ali mesmo. Naquele momento eu pensei: Cara, eu preciso ajudar essa mulher a atravessar ou algo pior pode acontecer. Então eu disse que a ajudaria. Ela agradeceu e pediu para segurar a minha mão.

Na Fernandes Lima são duas vias, e o que separa as duas é a ciclovia no meio. Seguimos na tentativa de atravessar a primeira via, mas tinha muito carro e eles não estavam parando para que a gente conseguisse passar. Depois de muitos pedidos para passar, sinalizados com a mão dela, que pedia para eles parassem, conseguimos passar e chegamos na ciclovia. Agora era a parte de atravessar a segunda via e assim conseguirmos chegar até o ponto de ônibus. Essa via é dividida em três partes, onde duas formam duas fileiras para carros e a outra é a via de ônibus. Os carros da primeira parte pararam, e ficamos nessa fileira esperando que os carros do outro lado parassem também. Eles pararam, mas a via do ônibus não tinha parado ainda. Eu estava a todo momento segurando a mão dela e pedindo para que ela esperasse, até que todos parassem e ficasse seguro. Em um determinado momento

ela achou que dava para passar e foi tentar CORRER, mas atrás estava vindo um ônibus numa velocidade muito rápida e nem que ela corresse muito rápido, o que não era o caso, dava tempo de atravessar. Quando ela correu, eu só olhei pro ônibus vindo em alta velocidade e só tive tempo de gritar um: “NÃO”, fechar os olhos e puxar ela com uma força que eu nem tenho. Eu consegui puxá-la e o ônibus conseguiu frear a tempo, mas ele estava muito próximo, a menos de um metro da gente.

Naquele momento meu coração parou, enquanto a gente ouvia o xingamento dos motoristas dos carros e do motorista do ônibus. Eram xingamentos do tipo: “PRESTE ATENÇÃO”, “TÁ FICANDO DOIDA É?”. Ela pediu desculpas ao motorista do ônibus que estava enfurecido e a gente seguiu caminhando em direção ao ponto de ônibus, enquanto os outros carros continuavam passando, buzinando e esculhambando. Até que uma hora ela gritou de volta e disse: “Seu ignorante, eu tenho limitações”. Seguimos caminhando, com ela ainda segurando a minha mão. Eu estava tomada por uma carga de adrenalina muito grande, apenas pensando que eu só queria que ela chegasse logo em casa e não corresse mais nenhum perigo naquele momento.

Ela começou a me contar que estava saindo da ADEFAL, em busca de tratamento. Foi quando ela começou a relatar suas experiências vividas. Dona Lucimar foi vítima de violência doméstica por parte do marido por cerca de 28 anos, lá em Fortaleza. Ela teve um AVC como consequência

das violências vividas, e isso desencadeou várias disfunções no seu corpo. Ela relatou as diversas formas que o marido encontrava de agredi-la, como por exemplo, amassando panelas, batendo-as na cabeça dela e enfiando objetos perfuradores em seu corpo. Ela contou que precisou ficar entubada por um tempo, devido ao AVC e mostrou a cicatriz em seu pescoço.

O ônibus dela estava se aproximando e eu levantei a mão para que ele parasse e eu a ajudasse a subir no ônibus, mas ele não parou, sem nenhum motivo aparente. Na sequência meu ônibus passou, mas eu não peguei e continuei aguardando o ônibus dela passar. Foi quando ela começou a me contar que nesta madrugada havia tido um sonho muito esquisito. Ela relatou que no sonho, ela estava na rua, atravessando para o outro lado, quando de repente surge um cachorro, começa a atacá-la e a morder várias partes do seu corpo, até que chegava um anjo e a retirava daquele local. Com olhos cheios de lágrimas, ela disse, que naquela situação real, que tínhamos acabado de passar, eu tinha sido o anjo dela e que o cachorro era o ônibus. Ela agradeceu imensamente por eu ter puxado-a e evitado que algo pior acontecesse. Ela seguiu contato várias situações da vida dela, lá em Fortaleza. Haviam se passado muitos minutos e meu próximo ônibus já ia passar. Eu pedi para que uma outra mulher que estava no ponto de ônibus a ajudasse a subir quando o ônibus que ela ia pegar passasse. Ia demorar por volta de uns 10 minutos. Ela pediu o meu número para ficar em contato comigo e já me

mandou um “oi” no whatsapp. Me despedi dela e subi no ônibus.

Confesso que este episódio do trabalho de campo, me trouxe grandes inquietações, por dias. Eu sempre retornava a lembrar e a pensar: “Será que Dona Lindomar voltou para o tratamento? Será que ela está bem? Como será que ela está se locomovendo? Quantas pessoas não voltam à instituição porque não conseguem atravessar a passarela? Será que há muitas como ela que colocam a vida em risco enfrentando a velocidade dos carros? Desde então eu desenvolvi um receio por atravessar avenidas e me atentei a essa mensagem subliminar: esse não é lugar para você! Esse é um outro tipo de violência velada que pessoas *defiças* estão sujeitas cotidianamente.

É preciso refletir sobre o que essa barreira física e também simbólica, materializada na avenida Fernandes Lima revela sobre o universo de pesquisa. Esse acesso entrecortado à uma das associações de pessoas com deficiência mais importante do estado, revela muito sobre a ambiência hostil da cidade, não apenas para pessoas com deficiência e seus passos lentos, suas cadeiras de rodas, suas bengalas, seus cuidadores e acompanhantes. A cidade é hostil para todos os que dependem do transporte coletivo para se movimentar. E, como será melhor contextualizado no capítulo 2, para as e os trabalhadores que atravessam a cidade, enfrentando toda sorte de obstáculos, para auferir uma renda mínima. A experiência da deficiência que eu e as mulheres que narram suas histórias de violência nessa dissertação vivemos, não pode ser entendida sem considerar de onde que estamos falando.

Uma capital com um dos piores índices de desenvolvimento humano do país, composta por uma população majoritariamente negra e indígena. mas com uma concentração da renda nas mãos de uma elite branca.

No capítulo, assumo um tom mais subjetivo e reflexivo, à medida que a incorporo minha própria experiência como mulher com deficiência. A produção do conhecimento é discutida a partir de uma perspectiva situada, que reconhece a importância das vivências individuais na construção das análises.

2. Eu *defiça*, eu pesquisadora

O contato com grupos de pesquisa e estudos, disciplinas eletivas durante a graduação em ciências sociais foram essenciais para a escolha da delimitação das áreas de estudos, pesquisa e orientação. Eu, enquanto uma mulher *defiça*, carrego experiências subjetivas e sociais que geralmente são discutidas entre ambientes de senso comum, entretanto esse debates chegaram até mim na Universidade Pública, apesar dos ataques conjunturais e políticos que historicamente se fazem presentes nesse espaço de fomento de uma Educação, pública, gratuita e de qualidade.

Construí um vínculo com abordagem teórica da deficiência na disciplina eletiva de “Políticas da Deficiência” em 2019 e pela participação no grupo de pesquisa “Mandacaru- Núcleo de Pesquisas em Gênero, Saúde e Direitos Humanos” desde 2020. Nestes momentos, me apropriei das discussões teóricos-metodológicas da Antropologia, acerca dos debates de gênero, saúde, sexualidade e deficiência. A partir disso, começa o processo de investigação de campo antropológico para o trabalho de conclusão de curso, sobre gênero, deficiência e violências. A antropologia, junto dos debates feministas sobre corpos *defiças* ocupa um espaço científico e pessoal pra mim. Enquanto cientista social e mulher *defiça*, pauto a urgência do debate científico sobre nossos corpos, sobre nossas potencialidades e percalços, a partir das relações de poder e das estruturas que os performam como tragédia, fragilidade e impossibilidade.

Fazer antropologia requer coragem para lidar com os desafios de estudar particularidades que atravessam os corpos e as experiências: dialogar com pessoas, situadas em determinados lugares, inseridas em dinâmicas de poder específicas. Fazer antropologia é aprender com o lugar de interlocução e de pesquisa, de enriquecer nossas mentes e computadores, com as histórias e vozes que narram o eu e/ou coletivo. Apesar dos avanços sociais, referentes às discussões de diversas subalternidades, muitos ainda são os enfrentamentos que tomam por base frear e estabelecer discussões e consciência, acerca das opressões e desigualdades. Desigualdades étnico-raciais, gênero, classe e desigualdades de

corporalidades, como de corpos de pessoas com deficiência, pessoas gordas e/ou pessoas que estejam fora dos padrões econômicos de produtividades.

Minha relação com pautas identitárias começa com a minha possibilidade de acesso a outras esferas de discussões acadêmicas e políticas. Foi durante meu ensino médio que comecei a alcançar pautas dos movimentos sociais e do campo, que se dirigiam aos debates de gênero, raça e classe, sexualidade. Considero o meu ensino médio como o meu período de descobertas para além da bolha em que meus pensamentos habitavam, sempre conduzidos pela lógica patriarcal e religiosa repassada pela família. Durante toda minha vida, tive certeza de que eu precisava sempre me posicionar e saber ter voz pra conseguir ser ouvida. Nossas identidades e posições nos colocam a estar atentas.

Venho de uma realidade em que sempre precisei ‘falar duas vezes mais alto’ para me colocar em histórias e lugares que eu precisava estar e queria. Apesar de não entender a profundidade dos problemas que impunham sob meu corpo, eu sabia que eu precisava me colocar em defesa de pessoas que partilhavam de identidades iguais as minhas. Me colocava em defesa da minha mãe, em ocasiões em que ela estava em vulnerabilidade, precisando defendê-la das agressões que o patriarcado reflete sobre ela. Também para defender minha irmã de um namorado abusivo que tentava deixá-la presa em uma caixa, intocável e impossibilitada de fazer suas próprias escolhas e viver sua vida. Desde sempre eu senti urgência de proteger e também de receber proteção das minhas e dos meus. Entretanto, somente estando em outra fase da vida, pude explorar outros percursos e a perceber o lugar que eu ocupo, bem como eu e o coletivo nos colocamos no mundo.

Quando outra porta se abre na minha história, que é a Universidade, surge a oportunidade de conhecer outras informações, debates e pessoas que falavam sobre interfaces das várias formas de existir, subsistir e de se relacionar. Apesar de ser uma mulher com deficiência física, foi apenas na graduação, no curso de ciências sociais, que eu observei a deficiência enquanto um objeto político. Então tomei a decisão de iniciar os estudos sobre gênero e deficiência com o objetivo de investigar a intersecção entre violência de gênero e capacitismo. Durante conversas com minhas interlocutoras, por estar inserida em movimento social, percebi que o necessário a ser feito, para que nossos esforços, sabedorias e ciência atravessem os muros da universidade e cheguem até os indivíduos, é unir a teoria dos estudos e as ações práticas. O laço estreitado pela pesquisa pode ser muito bem aproveitado

para construir relações de confiança, trocas de conversas, para divulgar canais alternativos que acolham as histórias e prestem apoio às diferentes formas como essas mulheres podem perseguir a cura diante das sequelas físicas e morais da violência.

O próximo subcapítulo trata dos desafios emocionais e metodológicos da pesquisa, abordando as dificuldades enfrentadas no campo e a carga emocional associada ao contato com relatos de violência.

2.1 Sobre pesquisar, chorar e prosseguir

Tratando do entrelaçamento entre violência de gênero e capacitismo, diversas situações se fizeram presentes em minha vida e nas vidas de outras mulheres, levando-nos a unir pautas para entender os diversos tipos de opressão, sobretudo os experienciados por mulheres negras. É necessário interseccionar particularidades, a fim de entender e discutir sobre como um corpo se situa perante as inúmeras formas das relações sociais. A romantização do sofrimento e a naturalização de determinadas violências não contribui com o processo de cura. Romper o silêncio, ao contrário, pode nos movimentar em prol de mudanças e, principalmente, do conhecimento sobre as formas de manutenção das estruturas que geram violências. A reverberação do acontecimento citado anteriormente não se encerra naquela avenida movimentada e hostil. Naquele dia, o sentimento de impotência revelou outras camadas de legitimação do silêncio, na volta para casa. Por isso, darei continuidade ao mesmo diário de campo (20/10/23) para aprofundar a forma como atravessamentos entre pesquisa, cura e movimentação política.

O ônibus que tomei para voltar para casa estava muito cheio, com muitas pessoas em pé, entretanto, tinha um lugar vazio nos bancos preferenciais, com uma senhora sentada ao lado. Resolvi ficar por ali. Coloquei uma música no fone e fiquei refletindo sobre o que tinha acabado de

acontecer. A falta de acessibilidade se mostra nas entrelinhas como uma violência silenciosa, quase que imperceptível. Essa ausência de condições mínimas para que todos possam transitar pela cidade, acaba por submeter corpos de pessoas com deficiência a situações que podem ter fins até fatais. Enfim, continuei o percurso do ônibus, até que percebi que estava sendo cutucada por uma bengala. Paro a música, tiro o fone de ouvido para ouvir o que o senhor estava tentando falar comigo. Era ele dizendo e olhando pro meu corpo inteiro: “Moça, você sabe que esse lugar aí é preferencial, né?!”. Ele falou num tom tão grosseiro. Eu respondi: “Sei muito bem, até porque eu também faço parte das pessoas que estão no grupo “preferencial”. Quando ele falou comigo, ele já estava olhando pro meu braço, como quem só quisesse alfinetar para que eu cedesse o lugar. Quando eu terminei de falar, ele olhou e falou: “Ah, entendi”. Olhou pro meu braço e saiu de perto rindo. O choro que eu segurei durante toda a tarde, naquele momento eu não consegui mais segurar. É extremamente cansativo ficar reafirmando minha identidade e me posicionar nas tentativas de ocupar espaços que são, por direito, meus. Tinha uma mulher em pé ao meu lado que me fez a seguinte pergunta: O que te machucou mais foi ele falar aquilo ou você ter que se afirmar como uma pessoa “assim”? Ela seguiu dizendo para eu sorrir e acenar, porque eu precisava ser mais forte para lidar com as coisas da vida. Me desculpe, mas eu não quero ter que precisar ser forte todos os dias. São tantas situações, tantas vivências e isso é extremamente

cansativo. Isso eu só pensei, mas respondi dizendo que eu estava sendo forte há 25 anos e que eu sabia quais eram os desafios que eu precisava lidar cotidianamente. Nessa hora ela se assustou e respondeu:

Ah, você nasceu assim?” Achei que tinha sido amputado e que tivesse sido recente. Eu só respondi que não e ela seguiu falando um monte de coisas motivacionais tóxicas. Eu só queria chegar em casa, escrever meu diário de campo, enquanto chorava. Isso que eu estou fazendo agora. (Diário de campo. 20/10/23.).

Ao mesmo tempo em que situações como essa geram sofrimento durante a pesquisa, me potencializa e mobiliza a pensar na mudança, e a reivindicar outras formas de pensar e de agir. Me mobiliza a romper com o pacto do silêncio e da naturalização de violências.

As mulheres com deficiência com quem eu tive possibilidade de trocar durante esse período, carregam muitas marcas em consequência das desigualdades de gênero e do capacitismo. As histórias que elas compartilham, como essa que trago aqui, transbordam situações de violência, de exclusão social, de comparação com outras mulheres a partir da chave da incapacidade de ser, fazer, estar e se relacionar. As experiências narradas reverberam direitos, espaços e condições negadas às mulheres por seu gênero, por sua classe, por sua raça ou ainda por conviverem com a deficiência.

São muitos os desafios para lidar emocionalmente com relatos e situações tão delicadas. Ponderações importantes resultantes disso, para além do pensar científico, é a oportunidade de compartilhamento durante a conversa, a troca de informações úteis na mobilização de recursos, o encorajamento mútuo e também o afeto. É necessário perceber esse processo de pesquisa, enquanto um processo de cura e força coletiva, onde nossas dores sejam acalentadas pela vontade de mudança e pelo engajamento na luta contra a opressão sob nossos corpos. Pensar a pesquisa enquanto um espaço de acolhimento é primordial para que os laços científicos se aproximem das pautas sociais. Pensar a conversa e a partilha das

dores como possibilidade de cura, foi um estímulo que recebi de Tiê, após a narração de um (dentre vários não relatados) episódio de violência que ele vivenciou. Tiê, que convive com baixa visão, e cegueira total do olho esquerdo. Mantemos contato, desde de 2021, prioritariamente via mensagens de áudios.

A gente mora num país que não protege de forma alguma a mulher, mas eu sei que quando eu precisar eu posso contar com você, tenho certeza disso. Só o fato da sua energia, de você me ouvir e conversar, já me ajuda bastante nesse processo de cura (Tiê. Gravação de áudio. 2021).

A aproximação permitida pela nossa conversa sobre situações de violência vividas, oportuniza outras trocas sobre posicionamentos que colocam determinados corpos em lugar de subalternidade e de sofrimento social. Outra interlocutora, Márcia, ressalta a importância de nos unirmos em torno das pautas que falem sobre mulheres com deficiência, elencando o feminicídio como exemplo. Esta fala ocorreu numa roda de conversa feita por vídeo chamada, onde estavam presentes 6 mulheres com deficiência. Durante a roda de conversa, surgiu o assunto referente um ato em repúdio, que aconteceria no dia seguinte, realizado pelo Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM/AL). O ato contou com a presença de familiares e amigos de Valkíria de Brito, representantes do Movimento de Mulheres Olga Benário, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher (Cedim), Central Única dos Trabalhadores, Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Alagoas, além da Secretarias de Assistência e Desenvolvimento Social e da Mulher e dos Direitos Humanos no Estado de Alagoas. Valkíria de Brito, foi brutalmente assassinada pelo seu companheiro, enquanto estava trabalhando em um shopping da cidade. Esse episódio de feminicídio machucou e indignou várias de nós, sobretudo Márcia que é uma mulher paraplégica, que teve um trauma medular, após um episódio de violência e tentativa de feminicídio. Ela é uma mulher negra, moradora da parte alta de Maceió e por muito tempo viveu no Sertão Alagoano.

Mais um feminicídio que a gente tem conhecimento. Triste. Horrível, horroroso. Não pode continuar nesse estado. Nós como mulheres não podemos aceitar uma situação dessa, gente. O estado, ele está sendo omissivo. Eu sinto

necessidade de participar porque eu levanto a bandeira desde quando aconteceu isso comigo (tentativa de feminicídio). Eu levanto a bandeira, mas é uma revolta que a gente sente. Parece que não vai mudar nada nesse estado que a gente vive. Principalmente aqui em Alagoas. E os governantes dizem que nosso estado está ótimo. Em termos de violência. Só vê aí nas reportagens. Está ótimo. Está diminuindo. Diminuindo o quê? Antes estivesse. Seria bom que a gente participasse. Vamos lá. Para brigar com essas macharadas, nós estamos lá. Mulheres unidas jamais serão vencidas. Eu considero assim essas mulheres nossas irmãs. É como se fosse, meu Deus, é como se fosse eu as coisas que aconteceram. E a gente se coloca no lugar do outro. É muito pesado. (Márcia. Gravação de áudio 2024.)

Dona Haraway (2009) traz a reflexão sobre posicionalidade, reiterando que o conhecimento é sempre parcial e situado, com circunstâncias específicas, pensando nas identidades de quem o produz. Ela defende que, ao reconhecer e explorar essas posições específicas, é possível criar um conhecimento mais reflexivo e crítico. Assim propondo que em vez de tentar alcançar uma "visão de nenhum lugar" que supostamente seria uma perspectiva totalmente objetiva e imparcial, a valorização das "visões parciais" e "conhecimentos situados" é que deveriam estar sendo ponderados. A crítica à ciência tradicional acaba por frequentemente ignorar ou suprimir essas dimensões contextuais, alegando que isso resulta em uma pretensão de universalidade que não se sustenta. Ao invés disso, Haraway sugere que a ciência e o conhecimento em geral se beneficiam de uma abordagem que explicitamente reconhece e incorpora a diversidade de perspectivas e experiências.

Ainda sobre o processo de produção de conhecimento, Alison Jaggar (1997), nos traz a reflexão sobre a mutualidade entre amor e conhecimento, ao desenvolver uma crítica fundamental à separação entre razão e emoção na filosofia e na ciência. Ela argumenta que esta dicotomia é uma construção social que serve para marginalizar formas de conhecimento associadas a grupos subordinados, a exemplo de nós, mulheres, que em diversos locais de conhecimentos e científicos, por vezes fomos deslegitimadas de nossas colocações, com base no argumento do descontrole emocional ou dos sentimentos de emoções de sobreporem à razão. Um

argumento descabido, com o intuito de gerar situações de invalidação do conhecimento. Alison Jaggar posiciona sua análise dentro da epistemologia feminista, buscando desmascarar e corrigir os vieses androcêntricos na produção do conhecimento. Ela enfatiza que a exclusão das emoções da epistemologia tradicional é uma forma de perpetuar o poder e a dominação existente de determinados grupos, pois as emoções, especialmente aquelas de descontentamento e injustiça, podem motivar ações que se desdobram em impactos e mudanças, ao desafiar as concepções construídas por estruturas de poder. Ao ignorar as emoções, acabamos por ter uma visão limitante dos processos de avaliação moral e ética.

Essa problematização da ciência, feita do feminismo branco norte-americano, porém não contempla a preocupação com a cura enquanto processo que pode/deve andar junto com a produção do conhecimento.

As dimensões de cura e a da associação com as pautas feministas, me movimentam na tentativa de corroborar com o rompimento do silêncio sobre questões interligadas ao gênero e ao capacitismo. Os dados elucidados neste texto, reúnem um conjunto de sentimentos e experiências, que me atravessam e atravessam tantas outras mulheres. A perspectiva da cura/afeto e o rompimento do silêncio, além de uma forma necessária de denúncia para ampliação das alianças e dos canais de diálogos sobre o tema, nos permite reconhecer, apalpar e acalantar algumas das tantas marcas latentes nos corpos, e que fomos historicamente ensinadas a esconder.

No próximo subcapítulo, é problematizado o uso do termo "defiça" como uma resignificação política da identidade das pessoas com deficiência. O subcapítulo explora como a linguagem pode ser uma ferramenta de resistência e afirmação.

2.2 Por que defiça?

O saber hegemônico biomédico, ao longo dos tempos estabelece uma supremacia política e econômica, baseado em conhecimento e práticas biomédicas que visam eliminar a deficiência. Essa abordagem tem comumente a utilização dos elementos laborais e científicos, que buscam patologizar todas as variações com argumentos biológicos, tornando irrelevante a compreensão de fatores sociais,

psicológicos, culturais e ambientais que venham fazer parte da constituição de um corpo. Contra essa hegemonia, proliferam também outras narrativas, de que a doença é um desequilíbrio não só biológico, mas também social. A concepção de normalidade corporal e neurológica, erigida pelo modelo biomédico, produz um padrão de funcionamento para o indivíduo, respaldando a moralidade na produtividade dos corpos e mentes demandadas pelo capital.

O conceito de biopolítica, introduzido por Michel Foucault, é fundamental para descrever como os estados e instituições médicas governam os corpos dos cidadãos. A medicina moderna tende a categorizar corpos “diferentes” em termos de diagnósticos e tratamentos, muitas vezes visando “normalizar” esses corpos. Essa abordagem pode ser tanto uma forma de controle quanto de cuidado, refletindo uma tensão entre intervenção médica e autodeterminação (Courtine, 2008). Essa concepção essencialmente negativa sobre deficiência produz opressão aos corpos de pessoas *defiças*, fazendo com que emergja a necessidade desses corpos serem entendidos em termos políticos e sociais e não mais estritamente biomédicos (Diniz, 2007). Os discursos de anormalidade e incapacidade, produzem a exclusão das pessoas com deficiência, em relação a quase todas as possibilidades de inserção social, se aprofundando na experiência da segregação.

O termo *defiças*² têm origem na produção feminista brasileira, a partir das considerações dos estudos antropológicos sobre deficiência de Anahi Guedes de Mello (2019) em diálogo com a teoria crip norte-americana. A antropóloga, que é uma mulher surda e lésbica, se apropria desse conceito para tentar aleijar, ou seja, descolonizar as percepções pejorativas e estereotipadas que cercam a palavra deficiência. Marco Gavério (2024), a partir da teoria aleijada, oferece um modelo cultural da deficiência, na tentativa de mutilar os pensamentos hegemônicos sobre a deficiência, fugindo da percepção imposta do modelo biomédico, de que a deficiência é puramente natural, biológica e que não há implicações no “eu” pessoal e social das pessoas *defiças*, (Mello; Aydos; Schuc, 2022). Essa concepção é

² Ao longo desse trabalho, me aproprio da definição de Anahí Guedes de Mello (2019), do termo “defiças” como uma abreviação do termo pessoas com deficiência. O termo “defiças” surge com a tentativa de aleijar a expressão deficiência que é carregada de estereótipos, a partir das concepções biomédicas. Aleijar é um termo desenvolvido pela teoria crip, que visa a necessidade de descolonizar as práticas antropológicas. O termo “defiças” também convida a relacionar a teoria anti-capacitista à uma reflexão interseccional de gênero, raça e classe que contemple de forma mais satisfatória a pluralidade e a variabilidade dos corpos e mentes existentes.

mobilizada cultural e politicamente, é colocada numa perspectiva de diversidades inclusivas.

As autoras argumentam que é necessário aleijar as antropologias a partir da imediações da deficiência, pois os corpos dos grupos minoritários como mulheres, de LGBTQIA+, indígenas, pessoas pretas são descritas a partir de narrativas que reiteram a sua condição de incompletos, vulneráveis, exóticos. Esses grupos são associados aos deslizes da anormalidade e “deficiência”. Então, geralmente as expressões pejorativas sobre deficiência são usadas contra esses grupos também, na tentativa de marginalizar e segregar.

O modelo biomédico de explicação da deficiência, ao focar os impedimentos decorrentes do curso das doenças, se ocupa muito de comprovar como as variações morfofisiológicas são desvantagens indesejadas. Porém, pouco cuida das condições para um convívio com esse diagnóstico, seja do ponto de vista individual, quanto coletivo. Roberta, durante a troca de áudios, ela conta que sua deficiência visual se agravou ainda mais, porque sua família estava primeiro em negação e depois com vergonha de ter uma pessoa “inútil” na família. Roberta convive com miopia degenerativa desde muito nova. Suas falas entoam muito as marcas da relação violenta que ela tinha com sua família, sobretudo pelos diversos abusos que sofreu ao longo do seu crescimento. Ela relata:

Eu tenho miopia degenerativa de nascença, e foi descoberto cedo porque eu caía muito, todo mundo achava que era “balão” nas pernas, porque eu também tinha os pés um pouquinho “tortos”, mas na verdade era a vista. Eu não enxergava direito. Eu comecei a usar óculos bem cedo. A discriminação comigo começou na família, que é como com todo mundo, começa na família. Eu era uma criança expansiva, de tanto ela me reprimir. Eu usava óculos fundo de garrafa, então me chamava de cega, da amaldiçoada e feia, eu era feia. E a minha irmã, que então aos 12 anos eu já reclamava que eu sentia que eu estava perdendo a visão do olho esquerdo. Mas, a minha mãe, meu pai e os médicos não acreditavam em mim. Porque era uma época difícil, ainda é, a visão ainda é um mistério. Mas, na minha época, (eu tenho 61 anos) era mais complicado ainda. Aí aos 12 anos o médico realmente descobriu que eu

tinha perdido a visão do olho esquerdo. Meus pais ficaram, eles sentiram tanto que eles choraram, eles choravam feito crianças, entendeu? E eu não fiquei tão abalada, porque eu já sabia que eu não enxergava. Eu já tinha dito a eles e tudo, então, pra mim não foi um abalo. Eu consolei meus pais muitas vezes, eles chorando. Hoje eu entendo, era vergonha de ter um deficiente na família. Era a mais nova, era a linda da família. E isso eu sofri muito, muito, muito. Então, quando eu cheguei em casa com o laudo, depois de uns três meses de exame, mais ou menos, meus pais queimaram o laudo. E quando alguém perguntava o que tinha acontecido com o meu olho, diziam que ele é só um pouco mais claro, porque não dava pra ver que ele é cego. (transcrição de mensagens de áudio).

Esse tipo de reação familiar se apresenta como um caso extremo de dificuldade familiar de aceitação do diagnóstico e de conversão da doença numa justificativa para uma série de atitudes violentas para com Roberta. Ainda que nem todas as famílias tenham esse tipo de atitude, é necessário endereçar medidas, recomendações, terapias que considerem os desafios para acomodação da variação corporal na família, na escola, na vida social.

Na minha experiência enquanto uma mulher com deficiência física, nunca precisei passar por consultas e avaliações laboratoriais para examinarem minha deficiência. Mas, no meu processo de seleção de mestrado em Antropologia, senti um grande desconforto e inquietação, ao ter a homologação da minha inscrição por cotas de PCD como indeferida, e conseqüentemente o indeferimento da minha inscrição no processo de seleção. A escusa foi de que eu precisava comprovar minha deficiência (completamente aparente), através de um laudo médico, em que eu informasse um CID para justificar a minha candidatura.³

Ao receber esse parecer, meu corpo ficou paralisado e foi tomado pelo pânico e ansiedade de não conseguir acessar um espaço tão caro e importante para a minha realidade. Eu não me recordava de ter nenhum laudo médico, pois minha deficiência nunca implicou no molde das minhas possibilidades de realizar atividades

³ Entretanto, neste momento, com a possibilidade de entrar com um recurso, solicitei ajuda da minha mãe e consegui um laudo médico que foi feito ainda quando eu era criança.

cotidianas e nunca me trouxe malefícios à saúde, onde eu precisasse recorrer ao atendimento médico. Estava desacreditada que aquela conquista seria corrompida pela ausência burocrática de um laudo. Ainda tentei negociar com a secretaria responsável pela homologação, para que eu me apresentasse para a comissão de seleção para assim poder comprovar minha deficiência apenas com a leitura visual. Uma tentativa um tanto inconsequente, pois essa instituição foi casa para a minha graduação e não se tratava de desconhecimento. Nenhuma preocupação foi endereçada às minhas condições de estudo ou adaptações que pudessem melhor acomodar a minha corporalidade nesse espaço. Elas também não constavam no meu laudo.

Em qual teoria antropológica corpos como o de Roberta e o meu importam, em quais laudos falaremos das nossas necessidades? Não é possível pesquisar a deficiência sem aceitar os desafios que a variação corporal impõe para sustentar sua presença nos espaços. A teoria aleijada, traz a tentativa descolonizar as percepções médicas e jurídicas que cercam a deficiência. Ela oferece uma teorização que se propõe a mutilar os pensamentos hegemônicos sobre a deficiência, impostos pelo modelo biomédico e que consideram que a deficiência é puramente natural, ou biológica e que não há implicações no “eu” pessoal e social das pessoas *defiças*, (Mello; Aydos; Schuch, 2022). As autoras destrincham no texto, que as noções estereotipadas e pejorativas sobre a deficiência estão enraizadas no pensamento coletivo e individual e atravessam também o fazer antropológico.

Posicionar-me como uma antropóloga *defiça* é necessário pela compreensão de que os meus pares também são atravessados pelos capacitismo e carregam percepções estruturalmente adquiridas sobre a deficiência. Apenas a partir da possibilidade de aleijar as definições exteriores à experiência da deficiência que é possível abrir espaço para os nossos corpos e mentes, e para o que nossa experiência tem a ensinar.

Na próxima seção, são apresentados os caminhos metodológicos adotados na pesquisa, enfatizando a etnografia como abordagem central para compreender as experiências das interlocutoras.

2.3 Percursos teórico-etnográficos

Amefricanidade, [...] Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: amefricanos.
(Lélia Gonzalez, 1988, 79)

Lélia Gonzalez tem contribuído para a produção de perspectiva decolonial desde a década de 1980. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda (2020), ela é a precursora do feminismo decolonial por meio da categoria “amefricanidade”. Através desse conceito Gonzalez (1998), aborda a interseção entre a cultura africana e a cultura americana, especialmente no contexto da experiência afro-brasileira. Gonzalez propõe que essa noção transcende a simples identidade étnica, enfatizando a construção de uma identidade coletiva que reconheça as influências africanas, indígenas e europeias na formação da sociedade brasileira. A amefricanidade também aborda as lutas contra o racismo e a opressão, destacando a importância de valorizar as contribuições culturais afro-brasileiras e promover uma visão mais abrangente da história e da identidade nacional, ao mesmo tempo que critica as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade racial. Pensar nesse processo, transcende outras especificidades de mulheres que se interseccionam ao racismo e ao sexismo, como a deficiência.

Ao pensar no processo de politização da deficiência, trago a “capacidade” ou “capacitismo” como uma categoria colonial (Gesser; Moraes; Vale, 2024), onde as relações que se dão a partir da deficiência. Se pensamos sobre o capacitismo como um produto colonial, podemos avançar no reconhecimento das formas de silenciamento e exclusão dos corpos *defiças* como uma forma de epistemicídio. As autoras reivindicam ao feminismo decolonial, a inclusão de “capacidade” no giro decolonial, a fim de reconduzir os processos de hierarquização que posicionam pessoas com deficiência como inferiores. Para pensar no giro decolonial que contemple uma totalidade (Ballestrin, 2013), é preciso argumentar que o capacitismo, assim como o sexismo e o racismo, também é um produto colonial, ora as relações sociopolíticas com as pessoas com deficiência são atravessadas por esta categoria colonial.

Maldonado-Torres (2005) destaca a importância de reconhecer as experiências e epistemologias das populações colonizadas, propondo um desvio das narrativas eurocêntricas. O giro decolonial, assim, envolve uma reconfiguração das relações entre os saberes, promovendo uma maior valorização das vozes e perspectivas que foram historicamente marginalizadas.

Recentemente, Fagner Carniel e Mello publicaram um texto que desenvolve uma ideia já abordada por Lilia Lobo em 2008, na obra “Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil”. Nesse texto, eles exploram a conexão entre deficiência e raça, trazendo à tona uma discussão importante sobre como essas categorias se entrelaçam:

“Assim, enquanto o capitalismo industrial se consolidava nos países centrais da Europa Ocidental [...] e as sociedades coloniais que haviam se estabelecido nas Américas vivenciavam profundas transformações em suas estruturas sociais, a partir da ascensão de ideais republicanos e abolicionistas [...], a obsessão do pensamento moderno pela “normalidade” colocou ênfase no corpo como meio de produção da vida e na produtividade como o caminho privilegiado para a cidadania pretendida para os diferentes projetos nacionais em disputa. Nesse sentido, ser “defeituoso”, “aleijado” ou “alienado” tornou-se um valor mais “triste” ou “trágico” do que “exótico”, “assustador” ou “engraçado” [...]. O próprio surgimento do higienismo representou a primeira abordagem da deficiência no Brasil, quando [...] a ideia de raça era vista como ameaça e fonte de “debilidade mental”, iniciando-se, a partir daí, a questão da “higiene mental”, que inaugura a abordagem médica da deficiência no Brasil.” (LOBO, 2008)

Essa relação demonstra como a raça foi utilizada para justificar a exploração e a deficiência, frequentemente, serviu para reforçar ideias de anormalidade e obstáculo ao progresso. As interseções entre raça e deficiência evidenciam como corpos racializados e/ou considerados “deficientes” são frequentemente percebidos como menos produtivos ou mesmo descartáveis no contexto capitalista. Sob a lógica do capitalismo, os corpos são avaliados com base em sua rentabilidade e

produtividade, o que marginaliza aqueles que não atendem aos ideais de eficiência ou "normalidade". Além disso, é essencial considerar práticas eugênicas que, ao buscar "aperfeiçoar" populações, alinharam-se a projetos capitalistas e coloniais, legitimando tanto a exploração de populações colonizadas quanto a exclusão de pessoas que "não contribuem" para o ideal de modernidade capitalista.

Sabemos como a antropologia brasileira, historicamente, se consolida na academia: com o legado de pais fundadores oriundo da França, da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e da Alemanha. Parte das narrativas que perduram até hoje no fazer antropológico, partem da relação entre o "Eu" e o "Outro". Como explicita Carvalho (2021), as outras culturas eram espelhadas a um tipo de modelo ideal de cultura europeia. As interpretações do pesquisador sobre o pesquisado, não estão isentas do ponto de vista eurocêntrico e colonial.

Durante o campo, senti fortemente nas falas das minhas parceiras de pesquisa, enquanto narravam os episódios de violência, a vontade de mudar os constructos que fortalecem as estruturas de poder e seus desdobramentos. Afinal, nós somos seres políticos. O pessoal é político. Por essa razão, considero necessário aprofundar aqui a discussão sobre agência. Me aproprio da discussão de Mahmood (2006), que aponta sobre os limites das teorias feministas liberais que tem como premissas a liberdade e a autonomia feminina como ideais universais, neste caso, ignorando a pluralidade cultural e religiosa. O movimento de mulheres liberais não legitima outros modos de mulheres de outras culturas vivenciarem agência. Ao inserir neste campo, Mahmood argumenta que, quando observamos esses projetos dentro de seu contexto cultural e histórico, torna-se possível identificar modos de agência em que a conformidade com normas religiosas não indica ausência de agência, mas representa uma forma específica de ação e transformação.

Nessa situação, a crítica se torna uma ferramenta de reelaboração destas perspectivas ocidentais, que empregam um olhar limitado sobre os corpos femininos em diferentes contextos, assim como racializados e *defiças*. A ideia de que a discussão sobre agência deve contemplar a variabilidade das subjetividades femininas, a partir das orientações e formulações culturais de suas respectivas sociedades. Gera-se uma necessidade de escrita que corresponda ao que é minucioso, partilhar o que por muitas vezes acaba por ser descredibilizado. É necessário deixar afetar-se e identificar as especificidades dos grupos pesquisados e tratá-las de forma densa, com os detalhes subjetivos que forem necessários, ao

refletir, dialogar e escrever. É nas entrelinhas das afetações que conseguimos identificar chaves metodológicas e éticas de pesquisa e escrita.

Como Carmen Rial (2019) nos ajuda a pensar, devemos compreender que a antropologia do período pré-guerra se consolidou como um projeto efetivo devido à relação de poder entre as culturas dominantes (europeias) e as subjugadas (não europeias). A partir dessa premissa, é necessário questionar de que maneira essa dinâmica tem influenciado as condições práticas da antropologia, de que formas o conhecimento antropológico é utilizado, a abordagem teórica de determinados temas, a forma como outras sociedades são percebidas e objetificadas, e a alegação de imparcialidade política feita pela disciplina. A conscientização é uma das principais ferramentas de afetações. Voltando a Mahmood (2006), o movimento feminino nas mesquitas surgiu para possibilitar às mulheres a troca de saberes acerca das escrituras islâmicas, práticas sociais e comportamentos corporais. Estes encontros, endereçados e protagonizados por mulheres, resultaram em mudanças sociais significativas para elas, uma vez que com a colaboração de materiais acadêmicos, que em outro momento só eram alcançados por homens “doutos”. Dentre as mudanças sociais significativas, o movimento das mesquitas teve um papel histórico no Egito ao incentivar as mulheres a discutirem a doutrina islâmica, em um contexto onde o poder masculino dominava as práticas de ensino.

Com o tempo, elas conseguiram romper barreiras, acessando espaços antes restritos devido ao seu gênero, ampliando suas esferas de atuação social. Esse avanço foi possível graças ao acesso à educação e a novas oportunidades de emprego, além dos tradicionais trabalhos domésticos.

Hoje compreendemos que historicamente, as minorias sociais têm sido atacadas e inferiorizadas pelas classes dominantes, principalmente devido às suas diferenças em marcadores culturais, raciais, fenotípicos, de gênero e de deficiência. A ideologia europeia, com o objetivo de atender aos interesses econômicos, políticos e sociais, invadiu de maneira cruel a autonomia de indivíduos e grupos sociais. Ela se fundamenta em padrões sociais que refletem os desejos das classes dominantes, resultando em uma hegemonia eurocêntrica que impõe uma visão idealizada de sociedade, como reitera Quijano.

Saba Mahmood (2006), propõe explorar como a autonomia moral e política dos sujeitos se relaciona com o “poder”. No entanto, esse modelo de agência limita nossa compreensão das vidas das mulheres cujas identidades, desejos e objetivos

são influenciados por tradições que não se alinham com os ideais liberais. Propõe-se, então, repensar a agência como uma ferramenta para analisar "ações formadas e facilitadas por relações concretas de subordinação historicamente construídas". Para isso, o conceito de agência deve se distanciar da ideia de resistência, permitindo investigar questões fundamentais para entender projetos não liberais, sujeitos e desejos que operam dentro de uma lógica que transcende a perspectiva idealizada das políticas liberais. O conceito de agência desafia concepções arraigadas, que neste sentido, me ajuda a pensar e enfatizar que mulheres com deficiência são sujeitas protagonistas que podem e devem ter agência sobre si, subvertendo-se a essa lógica de marginalização imposta.

Dentro deste contexto, retorno à discussão sobre corpos epistêmicos, sobretudo em contraposição à epistemologia colonial, em que contribuem a antropologia negra e indígena. É um campo que se tem expandido, focando na centralidade dos corpos de grupos marginalizados na construção e subversão de saberes a partir da corporalidade. O corpo epistêmico é entendido como um meio de produção de conhecimento que vai além de ser apenas um objeto de estudo, sendo uma forma de resistência e de transformação das formas convencionais de fazer pesquisa que formam majoritariamente intelectuais brancos e corponormativos. A exemplo disso, temos Baniwa (2012), traz à tona o corpo indígena como um lugar de produção de saberes que vai além da intelectualidade racionalizada e se expressa por meio das práticas corporais, rituais, e conexões espirituais. Ele mostra que o corpo é um campo de resistência que possui seu próprio saber, baseado na vivência e na experiência dos povos indígenas com seu ambiente, suas tradições e suas cosmologias. Esse saber não precisa ser validado ou adaptado para as formas eurocêntricas de conhecimento, mas é uma epistemologia legítima, capaz de questionar e reconfigurar as formas dominantes de conhecimento.

Nesse sentido, o corpo é também um repositório de sabedoria que carrega uma compreensão mais profunda e holística do mundo, diferente das categorias do pensamento ocidental. Ao preservar e transmitir seus saberes, os povos indígenas reivindicam a autonomia epistemológica e desafiam o colonialismo que tenta silenciar suas vozes. Para ele, o corpo não é um mero objeto de estudo ou observação, mas um agente que participa na produção e circulação dos saberes indígenas, estabelecendo uma relação direta entre o corpo e o cosmos, entre o humano e o não-humano.

Falo sobre corpos epistêmicos para tratar do jogo de disputas epistemológicas, no qual as narrativas *defiças* e feministas decoloniais também estão a disputar. Os movimentos feministas trouxeram novas possibilidades e abriram caminhos para que as mulheres, em sua diversidade de experiências, pudessem afirmar seu direito à participação política e social, buscando reconhecimento, igualdade e mudanças sociais. Essa linha teórica essencialmente política age na construção de base e conscientização das mulheres, de suas histórias e particularidades, que também são coletivas, através da disputa pela redefinição de seu papel social, por direitos e pela equidade de gênero, no âmbito da sociedade civil e domínios institucionais (Campos, 2017).

O desenvolvimento de uma consciência sobre as formas de agência e as mulheridades é um processo coletivo, construído através de coalizões e alianças entre as pessoas a partir de sua corporalidade, e manifestado nas práticas sociais. Em períodos de maior abertura política, os temas relacionados aos direitos das mulheres com deficiência ganharam visibilidade no discurso político e foram incorporados à agenda pública, por meio de ações ativistas e de contestação, assim como por meio da interação com o Estado. Guiadas pelo pensamento feminista e , mulheres passaram a se organizar e mobilizar não necessariamente em protestos e manifestações, mas participando de espaços institucionais, com o objetivo de influenciar a criação de políticas públicas que atendessem suas reivindicações, promovendo transformações e assegurando direitos.

Deste modo, há algumas organizações de mulheres *defiças* que eu posso citar aqui, como: Movimento Brasileiro de Mulheres Cegas (MBMC), Movimento Feminista Inclusivas no Rio Grande do Sul, Coletivo Helen Keller (situar), Coletivo Mulheres com Deficiência no Distrito Federal e a AMDEAL que é Associação de Mulheres com deficiência de Alagoas, da qual eu faço parte.

A AMDEAL é a primeira organização de mulheres com deficiência de Alagoas, que surgiu no ano de 2023. Me lembro da primeira reunião que participei. Era o início do planejamento de sua fundação. As mulheres ali estavam empolgadas e muito felizes. Ainda que na presença da advogada que estava apresentando vários pontos burocráticos para a criação da Associação, elas esbanjaram força de vontade de construir e firmar esta primeira associação. A todo momento era ressaltada a importância de se ter uma organização que tratasse dos interesses das pautas de mulheres *defiças* do estado.

Como era o meu primeiro contato e aproximação com elas, fiquei observando muito a forma como eram abordados os pontos que ajudariam a consolidar a abertura da associação. Ainda por ser o primeiro contato, realizamos uma rodada de apresentações de nós ali presentes. Neste momento, nós contamos um pouco de nossas histórias de vida, mesclando com a experiência da deficiência. Ali eu pude perceber, ainda que superficialmente a pluralidade de vivências e experiências dessas mulheres, a diversidade de deficiências e a posição de onde cada uma partia, para almejar a efetivação dessa associação. Mulheres em sua maioria negras, algumas evangélicas, outras umbandistas e candomblecistas, heterossexuais e bissexuais, todas moradoras da parte alta de Maceió. Entretanto uma coisa unia todas nós: a vontade de lutar por direitos e pelas sobrevivências de todas nós.

Antes de chegar a esse coletivo, percorri o caminho das instituições que prestam assistência às pessoas com deficiência e da Secretaria de Estado da Pessoa com deficiência, para propor conversas sobre violência. Deparei-me com pessoas nas instituições aparentemente interessadas, mas a longo prazo não disponíveis ou dispostas a avançar na ideia. Uma em especial, deixou explícita um descaso com o tema. Várias pessoas com quem eu dialoguei, não parecia interessada na proposta da pesquisa, mas sim na minha presença para preencher uma cota de pessoas com deficiência em uma ação dirigida a esse público. Contextualizando, tratava-se uma ação de inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho, atribuindo a eles formação, bolsa e estágio em algumas funções trabalhistas da cidade⁴. Entretanto, pessoas sem deficiência também podem fazer parte deste programa, contanto que haja um número mínimo de pessoas com deficiência matriculadas.

Nessa ocasião aprendi uma realidade em que espaços "inclusivos" enfrentam dificuldades concretas para cumprir plenamente suas propostas. Apesar de ser uma meta declarada, é dificultada por fatores como a desconexão entre a oferta e o público-alvo, a falta de dados sistemáticos sobre os beneficiários e a

⁴ Isso é de extrema importância, pois sabemos que a experiência da segregação é real e que a Lei Brasileira de Inclusão foi instaurada de forma tardia (2015), o que implica em um número baixo de pessoas com deficiência nas escolas, no mercado do trabalho. Vale ressaltar ainda que a Lei 14.542\2023 estabelece prioridade no Sistema Nacional de emprego (SINE), para mulheres em situação de violência doméstica ou familiar, o que facilita a inserção no mercado de trabalho.

dependência de esforços individuais, como os da gerência, para alcançar as pessoas com deficiência. Essas barreiras estruturais e organizacionais limitam o impacto das iniciativas e acabam por reproduzir dinâmicas capacitistas que essas instituições deveriam combater. A dificuldade de preencher as vagas destinadas às pessoas com deficiência também reflete um cenário mais amplo de exclusão e marginalização. Fatores como a falta de qualificação educacional, restrições de mobilidade, preconceito e a ausência de políticas de incentivo mais eficazes tornam esses programas pouco acessíveis para a população que deveriam atender. Além disso, as barreiras enfrentadas pelas mulheres com deficiência apontam para um campo ainda mais complexo de exclusão interseccional, no qual o gênero amplifica as desigualdades.

Além do meu não reconhecimento enquanto pesquisadora em busca de interlocução, a insistência para que eu fizesse parte da Instituição, me fez achar que a Instituição não estava de fato preocupada com a realidade das pessoas com deficiência, mas sim com alguma exigência burocrática para que permanecesse aberta e os profissionais de lá com seus respectivos empregos. Mesmo quando inclusivas na teoria, muitas instituições mantêm práticas que tratam pessoas com deficiência como "exceções" e não como participantes plenos. A inclusão não é apenas uma questão de criar vagas ou abrir espaços, mas exige um esforço coordenado para desmontar estruturas sociais e culturais que excluem sistematicamente pessoas com deficiência. A inclusão passa por repensar práticas institucionais, ampliar a acessibilidade física, comunicacional e social, e garantir que as políticas sejam desenhadas com a participação ativa das pessoas com deficiência. Esta realidade observada nesta e em outras instituições reafirma a necessidade de transformar essas iniciativas em projetos que não apenas acomodem pessoas com deficiência, mas também empoderem essas populações para serem protagonistas em suas jornadas. Somente dessa forma será possível superar o capacitismo estrutural e criar espaços realmente inclusivos.

Tudo isto para dizer que fazer parte desta associação, me deu um gás e esperança para construir novos caminhos. Digo isto, acreditando que a trajetória de luta dos movimentos feministas foi fundamental para permitir que mulheres, com suas diversas identidades e perspectivas, pudessem se mobilizar, organizar e lutar por suas pautas tanto na sociedade civil quanto em diálogo com o Estado (Campos, 2017). Esse conceito nos remete à teoria da ação coletiva de Melucci (2001), onde

o despertar da consciência surge quando mulheres, ao compartilhar experiências semelhantes de opressão e subordinação em suas redes de interação, passam a refletir sobre seus papéis e condições. A partir dessas trocas, identificam pontos em comum, constroem significados coletivos e, assim, formam uma identidade compartilhada, que se solidifica pelo reconhecimento mútuo como participantes de uma mesma luta coletiva.

Já na década de 1970, surgiu o campo de estudos sobre deficiência, visando transformar a forma como essa condição era compreendida: em vez de ser percebida apenas como uma tragédia pessoal (OLIVER, 1990), passou a ser abordada sob a ótica dos direitos humanos e da justiça social. A interação entre os estudos sobre deficiência, conhecidos no contexto anglo-americano como *disability studies*, e as teorias feministas traz um potencial inovador para a pesquisa e o ativismo com enfoque interseccional. No Brasil, esse diálogo ainda se encontra em estágio inicial: enquanto os estudos sobre deficiência começam a integrar perspectivas interseccionais dos feminismos, alguns estudos feministas mantêm, em parte, abordagens baseadas em modelos biomédicos ou essencialistas a respeito de corpos não normativos. As perspectivas feministas permeiam as pesquisas emergentes de maneira inovadora, ressaltando que a deficiência não deve ser vista apenas como uma categoria analítica ou demográfica isolada das políticas da vida. Em vez disso, ela é um componente essencial para entendermos a interação entre os corpos (Mello;Gesser;Diniz, 2024).

O próximo subcapítulo conecta a experiência acadêmica e militante da autora com os contextos de ativismo e resistência das mulheres deficias em Alagoas, discutindo as iniciativas locais para a promoção de direitos.

2.4. A busca pelo giro decolonial desde Maceió-AL

Maceió-Alagoas é uma das menores capitais do Brasil, com aproximadamente 994.464 de habitantes, segundo o último censo do IBGE (2024). Maceió, pela população, é dividida em duas partes: "A parte alta e a parte baixa". A parte baixa, é a mais conhecida pela população externa à Maceió, pois as praias e a orla roubam a cena e conquistam a partir de suas belezas os olhares para quem é daqui e sobretudo, dos turistas. Para quem é daqui, a partir da circulação, fica nítida o que e quem se concentra nestas duas partes da cidade. A parte baixa é composta

majoritariamente pelo que considero “elite”. Lá se concentram em sua maioria, pessoas com um poder aquisitivo maior do que o comum para a maioria da população maceioense. A não ser no período comercial de trabalho, onde pessoas da parte alta, em sua maioria mulheres, se deslocam para lá para exercerem seus trabalhos. Entretanto, há duas avenidas principais que ligam a parte alta à parte baixa: A Avenida Menino Marcelo e a Avenida Fernandes Lima. Para quem não conhece Maceió, também não conhece quem foi Fernandes Lima. O nome desta avenida incomoda a quem conhece a história que esse nome carrega. Qual o tamanho de sua relevância a ponto de que o Estado mantenha seu nome tão vivo e tão presente no nosso cotidiano.

José Fernandes de Barros Lima foi um advogado e político alagoano do Partido Democrata de Alagoas, atuando como deputado estadual, deputado federal, senador e vice-governador. Sua trajetória se insere em uma disputa de oligarquias no estado, o que é relevante para entender a dinâmica política da época, especialmente em relação à candidatura de Clodoaldo da Fonseca, que não era verdadeiramente antioligárquica. Durante esses conflitos, ocorreram atos de violência, incluindo depredação de prédios públicos e ataques a funcionários, levando Malta a fugir para Recife. A oposição o acusava de “feitiçaria” para se manter no poder. A elite pressionou Euclides Malta a proibir os terreiros afro-brasileiros, acusando os negros de práticas ilegais e responsabilizando-os pela violência. Sem uma postura firme contra os terreiros, a oposição explorou sua baixa popularidade, espalhando boatos de que ele participava de rituais. Isso gerou especulações sobre sacerdotes de religiões afro-brasileiras como seus “mentores”. A oposição promoveu uma revolta popular contra os templos, incentivando ações criminosas. Um grupo de milicianos esteve envolvido no evento trágico conhecido como a “Quebra de Xangô”, que se referia à destruição de estátuas e objetos sagrados. Em Alagoas, o termo “Xangô” passou a ser usado de forma pejorativa para se referir a cultos afro-brasileiros.

Em 2 de fevereiro de 1912, templos foram invadidos em Alagoas, e os praticantes sofreram agressões físicas e verbais. Muitos objetos sagrados foram destruídos ou queimados, e algumas vítimas, como Tia Marcelina, foram gravemente agredidas. Tia Marcelina, fundadora do candomblé em Alagoas, era africana e seu terreiro ficava onde hoje é a Praça Sinimbu, em Maceió. A falta de registros sobre sua vida reflete o desprezo pela história da Quebra, mas desde a década de 1950,

ela passou a ser vista como uma heroína da resistência. O ato violento liderado por Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima foi “bem-sucedido”, garantindo sua eleição até 1915. No entanto, a violência da Quebra de 1912 continua a repercutir em Alagoas, como demonstrado pela invasão e destruição do Terreiro de Mãe Vera, em 2019. As tradições de terreiro são parte essencial da história do povo brasileiro e merecem ser preservadas. A violência silenciosa das instituições contra os povos de matriz africana e indígena é uma evidência de que a Quebra de Xangô se repete constantemente. O nome de Fernandes Lima, associado ao sangue derramado pelos nossos antepassados, na principal avenida da cidade, simboliza que a intolerância ainda prevalece (A VOZ DO POVO, 2023).

Para mim, é impossível falar do cenário político atual de Maceió, sem citar este fatídico episódio que se reverbera até os dias de hoje. Tudo isso para dizer que, dentro da minha experiência na política alagoana, Maceió é uma cidade embebida pela hostilidade conservadora. As disputas políticas aqui são marcadas pelas oposições conservadoras, de direita, que em sua maioria permanecem no poder, contra os movimentos e políticos de esquerda da cidade. A disparidade dos marcadores de gênero são evidentes nos números e dados expostos. Maceió só teve uma prefeita mulher ao longo de todos esses anos, Katia Born, de 1997 a 2004. Desde então, essa cadeira vem sendo ocupada por homens e brancos.

Me lembro que nos primeiros momentos de campo, fui muito entusiasmada para uma Unidade que carrega o nome de Jarede Viana. Jarede Viana ficou conhecida pelas suas lutas políticas, participando da Sociedade Alagoana dos Direitos Humanos, participação destacada na luta pela Anistia e na organização das mulheres alagoanas. Ela participou da fundação da União das Mulheres de Maceió (UMMa) e se elegeu vereadora de Maceió. Também foi professora da UFAL e se engajou na luta pela reconstrução da Associação dos Professores de Alagoas (Apal). Liderou o movimento contra a violência e pela instalação da Delegacia de Mulheres e do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (1985/1986). Também coordenou a Marcha Mundial das Mulheres em Alagoas.

Associando o legado dessa personagem histórica, fui com a expectativa de encontrar acolhimento e parceria para uma pesquisa sobre violência contra mulheres deficias. No primeiro contato, até que a recepção à pesquisa foi animadora, entretanto essa animação não se reverberou na consolidação da pesquisa no local.

Entretanto, nos dias e meses seguidos, eu recebi um “ghosting”. Nenhuma das duas respondiam minhas mensagens ou atendiam as minhas ligações. Após inúmeras tentativas, percebi que eu só iria ter algum retorno voltando ao local. Ao chegar lá, a pessoa responsável disse que havia “esquecido” de dar andamento ao planejamento da pesquisa. Me deu um novo prazo, mas o cenário se repetiu. Assim foi na maioria dos locais que eu tentei fazer pesquisa.

Ao enunciar uma posição geopolítica, partimos da compreensão que historicamente, as relações sociais são perpassadas por relações de poder. Nossas ações, pensamentos, comportamentos, posicionamentos, tem como ponto de partida um determinado lugar político e subjetivo que constroem nossas narrativas, visões de mundo, que nos ajudam a pensar sobre o nosso lugar enquanto sujeitos. A forma como nos portamos e externalizamos nossos pensamentos, escrevemos, falamos, nos relacionamos com o outro, são inteiramente regadas por construções sociais, salientadas pelas estruturas sociais. O fazer antropológico e etnográfico são desafiados cotidianamente pela tentativa de descolonizações de suas práticas, que bebem da construção eurocêntrica, imperialista, patriarcal, etc. Essas práticas constituídas devem e podem ser apresentadas sob uma perspectiva decolonial, uma vez que o colonialismo insere indivíduos em processos civilizatórios, de desumanização e padronização dos poderes hegemônicos brancos, patriarcais, heteronormativos e padrões de corporalidades.

A experiência subjetiva da deficiência, tal como ela é vivida por mulheres cisgênero levanta questões de escolarização, vida conjugal, circulação e deslocamento no espaço urbano, formas de se relacionar e de comunicar que não podem ser desenvolvidas suficientemente a partir das narrativas compartilhadas. O encontro possível durante a pesquisa, como foi demonstrado até aqui, teve na denúncia das violências e na esperança compartilhada na ação política a sua chave narrativa.

Entre partilhas de vivências, emergiram também preocupações muito significativas: Como é possível mensurar o que é útil e o que é perverso dentro das dinâmicas políticas? Como garantir que os constructos das nossas ações não irão escorrer pelas mãos na primeira rasteira do Estado? O processo de pensar a posicionalidade nos ajuda a nos situarmos, a despeito de grupos e pessoas que estudamos, bem como se dispor de características geográficas, de classe, de gênero, raça, etnia e deficiência. Entendemos que é imprescindível a situação

das especificidades e historicidades políticas e sociais dos grupos dos quais estudamos. O compromisso é com uma antropologia política, que expanda as narrativas coletivas e individuais. É imprescindível que não nos limitemos às etnografias clássicas, mas consigamos articulá-las com outros métodos capazes de compreender as complexidades das vidas das comunidades e das pessoas que estão estudando, como a imaginação histórica, a contextualização no tempo e nos espaços.

O feminismo decolonial ampliou as discussões sobre colonialidade ao revelar que o gênero, assim como a raça, é afetado por esse fenômeno, que agrava as opressões patriarcais. Contudo, ao longo de sua trajetória, esse movimento tem negligenciado a temática da deficiência. Essa omissão pode ser explicada pela falta de representação de mulheres com deficiência nesse contexto, que poderiam contribuir com suas experiências e perspectivas políticas, enriquecendo o debate. A partir de nossas reflexões sobre o feminismo decolonial, começamos a perceber que a noção de capacidade também é influenciada por estruturas coloniais. As definições do que constitui um corpo capaz são moldadas por uma lógica colonial moderna que hierarquiza os corpos, desvalorizando aqueles que não se encaixam nos padrões estabelecidos. Isso resulta não apenas na exploração, mas também no apagamento de indivíduos considerados incapazes dentro do sistema capitalista neoliberal (GESSER; VALE; MORAES, 2024).

Dentro deste contexto de étnico-racial, Kabengele Munanga (2022), tem sido um forte defensor de uma nova visão sobre os corpos negros e suas epistemologias. Ele contribui significativamente para a disputa de narrativas, argumentando que o corpo negro é um campo de resistência e de produção legítima de saber, que desafia as visões colonialistas e racistas que o consideram apenas um objeto passivo de estudo. Munanga (2022) coloca o corpo negro como um agente ativo e um lugar de saber, que precisa ser reconhecido e respeitado dentro do campo acadêmico e das ciências sociais. Ele analisa como as práticas racistas continuam a estruturar desigualdades sociais, o que se conecta diretamente à forma como a resistência das populações negras e outras marginalizadas se expressa em uma luta contra a dominação de narrativas hegemônicas. Munanga (2022) reivindica a identidade cultural negra e a importância do corpo negro como um ponto de afirmação de sujeitos históricos, reconhecendo que a reconstrução das narrativas e epistemologias dos corpos negros implica não apenas em uma reconstrução cultural

dos povos afrodescendentes, mas também em uma luta por reconhecimento dentro do campo acadêmico e das ciências sociais. Ele argumenta que o corpo negro, como um lugar de saberes, deve ser levado a sério, e sua experiência deve ser reconhecida como parte integrante do campo epistemológico global. Nesse sentido, os saberes corporais (como os rituais, os movimentos e os gestos) são fundamentais na construção da identidade negra e do conhecimento. As narrativas que tratam os corpos negros como subalternos e propõe que os saberes afro-brasileiros — construídos nas experiências de resistência, religiosidade e cultura dos negros — devem ser reconhecidos como epistemologias legítimas e não apenas como respostas ao colonialismo. Neste sentido, o reforço da interseccionalidade, neste caso entre mulheres defesas e negras, reforça o debate sobre a pluralidade de experiências ou não experiências, em função do racismo e colonialismo.

Sendo assim, os caminhos traçados pelos autores Comaroff (2010), McClintock (2010) e Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grafoquel (2019) são essenciais para que possamos compreender os múltiplos aspectos e as complexidades sobre as dinâmicas de poder coloniais e propor caminhos para a descolonização contínua do conhecimento, ressaltando que esse pensamento decolonial não é homogêneo, apresentando novas vertentes e perspectivas, como as de Walter Dignolo e Boaventura de Souza Santos, tratano-se da decolonialidade e do pensamento afrodiaspórico. Os textos seguem um fio condutor de que é possível fazer uma etnografia que abarque as múltiplas perspectivas decoloniais como a colisão cultural, a criminalidade oculta, as relações de poder, raça, gênero e sexualidade, bem como o pensamento afrodiaspórico. Assim, o pensamento decolonial emerge como uma abordagem teórica e filosófica crucial para desafiar e desconstruir as estruturas de poder coloniais e imperialistas que moldaram profundamente a história e as sociedades ao redor do mundo. Dessa forma, os autores buscam trazer o pensamento decolonial, analisando como essas estruturas de poder colonial impactam as identidades e subjetividades das pessoas, refletindo criticamente as ideias coloniais de superioridade e inferioridade racial, de gênero, de classes, de resistências, indo de encontro a marginalização das vozes e dos saberes das comunidades estudadas, uma vez que estes nos fazem avançar em direção a uma visão mais crítica e reflexiva.

Portanto, a intencionalidade da escrita deve estar relacionada a nossa posicionalidade e ao contexto do processo contínuo de pensamento decolonial, nos

auxiliam a seguir caminhos que também nos remete a desafios de como escrever e para quem escrevemos, buscando ao máximo aproximar o que está sendo produzido das comunidades às quais estamos falando/estudando, para operacionalizar a multiplicidade de indivíduos, culturas, lugares e formas de organização social. O saber ocidental e eurocêntrico, se perpetua de forma vasta e intrínseca, de modo a proporcionar e evidenciar o apagamento histórico da diversidade e pluralidade das formas de existir e agir. Uma vez que, nossas percepções são arraigadas pelas estruturas sociais e limitam o acesso comum a questões diversas (Oyewumi, 2021; Strathern, 2014; e Viveiros; 2002).

Ainda sobre a disputa de direitos e narrativas, uma das contribuições das teorias feministas para os estudos sobre deficiência é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que foi elaborada com a ampla participação de organizações da sociedade civil envolvidas na questão da deficiência. Ratificada e incorporada à Constituição brasileira pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 (BRASIL, 2008), essa convenção aborda, de forma transversal, temas como “gênero”, “pobreza”, “meninas” e “idoso”, que destacam a singularidade das experiências de deficiência (GESSER; Pamela BLOCK; MELLO, 2020). O documento também inclui artigos que tratam especificamente das mulheres e crianças com deficiência.

Esses eventos integram as questões de gênero, classe e geração como aspectos essenciais para assegurar os direitos humanos e as liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. Estes espaços deliberativos, são de extrema importância para a construção de novos processos políticos que instaurarem conjuntos de políticas públicas, leis, que desloquem as estruturas a modificarem seu modo de operar cotidianamente. Isso não significa que as pessoas irão modificar e reestruturar a forma de pensar os corpos, os espaços e as relações, mas são avanços significativos para que de alguma forma, o mundo se adapte a viver com pessoas com deficiência.

Após 7 anos de suspensão, a Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência aconteceu em julho de 2024, com o tema: “Cenário atual e futuro na implementação dos direitos da pessoa com deficiência – construindo um Brasil mais inclusivo”. Nossa presidente da AMDEAL, esteve presente em Brasília, representando nossa associação e a Instituição que ela trabalha. Ela trouxe que a conferência foi dividida em debates que foram estruturados em cinco eixos: controle social e participação das pessoas com deficiência; garantia do acesso das pessoas

com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada; financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência; cidadania e acessibilidade; e os desafios da comunicação universal. Ela contou ainda que foi debatido em grande proporção sobre a saúde das mulheres com deficiência, como adaptações como: macas adaptadas, mamógrafos adaptados. Ela fala que a saúde das mulheres com deficiência tem sofrido bastante com o descaso da não adequação dos espaços que possibilitem uma boa qualidade nos atendimentos. Outro assunto que foi dado muita visibilidade foi sobre vulnerabilidade e violência. Ela pontuou que foi muito debatida a disparidade em relação às violências que mulheres deficias enfrentam, em relação aos homens *defiças*.

Esta conferência contou com a participação do Presidente Luís Inácio Lula da Silva⁵.

Na ocasião, ele anunciou ações como: a criação do Sistema Nacional de Cadastro da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (SisTEA). O objetivo do projeto é tornar mais simples e padronizada a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea); O fortalecimento da cooperação com organismos multilaterais e a transparência na elaboração de relatórios internacionais, como Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (Ciaddis). Além disso, é importante mencionar que aprovação da Lei 14.994/2024, que aumenta a severidade das penalidades para crimes de violência contra a mulher. Uma inovação importante da nova legislação é que o feminicídio passa a ser classificado como um crime independente, em vez de um agravante do homicídio. Com isso, a pena prevista passa de 12 a 30 anos para um intervalo de 20 a 40 anos de reclusão, a punição mais elevada do sistema penal brasileiro. A lei traz outras mudanças significativas, como o aumento em dobro das penas para crimes contra a

⁵ O presidente destacou que as quatro conferências realizadas entre 2006 e 2016 levaram à ampliação dos direitos das pessoas com deficiência. Ele também lamentou o intervalo de oito anos sem a realização de encontros governamentais para atender às demandas desse grupo, mas complementou: "Mas estamos de volta, prontos para avançar ainda mais com políticas públicas que garantam o pleno exercício da cidadania às pessoas com deficiência. Repito o que disse na primeira Conferência Nacional: o grande legado que um governo pode deixar para o seu povo não é uma lei ou um benefício apenas, mas a mudança no padrão de relacionamento entre o Estado e o governo com a sociedade que ele representa. Para nós, essa participação social materializada em convenções como essa é fundamental numa democracia e, também, para fortalecer a democracia. A construção deve ser horizontal e não apenas com os governantes dos seus palácios tomando decisões de forma vertical sobre realidade que não conhecem integralmente. Reafirmamos nosso compromisso de criar condições para que vocês tenham acesso a todos os direitos constitucionais que o Estado tem o dever de assegurar, sem deixar ninguém para trás"

honra e ameaças cometidos contra mulheres por motivação de gênero, sendo que, neste último caso, a ação penal passa a ser pública e incondicionada. Além disso, as penas para crimes de lesão corporal cometidos contra cônjuges, companheiros(as), familiares ou mulheres por razão de gênero foram elevadas para um intervalo de dois a cinco anos de reclusão. A pena para a contravenção de vias de fato contra mulheres motivada por gênero triplica, e a perda do poder familiar e de cargos públicos torna-se automática em caso de condenação definitiva por crimes contra mulheres devido ao gênero. A Lei 13.964/2019 ampliou o tempo máximo de cumprimento de pena no Brasil, aumentando-o de 30 para 40 anos. Agora, com a criação da Lei 14.994/2024, estabelece-se pela primeira vez uma previsão legal abstrata de uma pena máxima de 40 anos no país. Além disso, se forem aplicadas causas de aumento de pena, a condenação por feminicídio poderá ultrapassar os 60 anos de reclusão (Conjur, 2024).

Dialogar com a estruturação das políticas públicas, apropriar-se dessas inovações jurídicas em nível nacional têm sido de grande importância para as mulheres que constroem a AMDEAL. Mas que também revelam desafios específicos a partir da intersecção entre múltiplos fatores de exclusão da vida política. São muitos desafios conjunturais e burocráticos, de reconhecimentos e andamentos das muitas necessidades. A exemplo de alguns destes desafios, temos a desenvoltura do nosso CNPJ, que se encontra estagnado no cartório desde a criação da associação. Problemas corriqueiros aparecem e apesar da ajuda de terceiros, até então não conseguimos dar andamento nesse sentido. Em março eu e minha companheira e interlocutora Márcia fomos convidadas para palestrar no II Encontro de Mulheres com Deficiência de Maceió. O evento estava repleto de autoridades do estado (como vereadores) e do município, juntamente de representantes de Instituições. Aconteceu na sede da OAB, que fica na parte baixa da cidade. Todo o lugar é adaptado para as pessoas com deficiência. O lugar estava muito arrumado, cheio de fotografos e mídia local, o que me deixou um tanto nervosa, uma vez que eu achava que o evento seria de pequeno porte. Havia também um número significativo de mulheres com deficiência e o evento também contou com a participação de homens com deficiência. Começou e, como de praxe, as autoridades locais discursaram sobre direitos e políticas públicas para mulheres deficiãs. Havia uns 10 representantes, cada um e cada uma teve direito a uma fala de mais ou

menos 30 minutos. Eis que chega a vez das palestrantes discursarem sobre o tema proposto: éramos 5 mulheres com deficiência.

Para nossa surpresa, quando finalmente íamos começar a falar, o espaço foi começando a esvaziar. A mídia e os fotógrafos se retiraram, os representantes das Instituições e vereadores junto de seus assistentes também se retiraram. Por um momento nós até rimos e achamos cômico o fato dessas pessoas, que tem o poder de modificar leis, planejar políticas públicas, não nos ouvirem a respeito dos nossos corpos e das nossas reivindicações. Passamos horas ouvindo-os sobre promessas políticas e o óbvio das opressões, mas a parte de nos ouvir e pensar junto conosco foi completamente desmerecida. Não fomos ouvidas e não tivemos o mesmo tempo de fala que eles, pois “o horário já estava avançado”. Me pergunto o porquê desse acontecimento, apesar de parecer ter motivos óbvios. Disseram que falar sobre deficiência “está na moda”. O que pareceu foi que eles estavam naquele local apenas por “um flash” e um post nas redes sociais. Eles não estavam interessados em pautar mudanças materiais específicas para as mulheres com deficiência. O feminismo decolonial questiona a ideia de um conhecimento único e universal, historicamente baseado em perspectivas ocidentais, brancas e eurocêntricas. No contexto da deficiência, isso implica desafiar concepções médicas e assistencialistas que reduzem a deficiência a uma condição individual, desconsiderando os aspectos sociais, históricos e culturais que a atravessam. Essa abordagem também evidencia que a experiência da deficiência não é homogênea, pois é marcada por diferentes contextos e opressões. Ao conectar a deficiência a estruturas históricas de dominação.

Curiel (2020) e Hollanda (2020) discorrem sobre a necessidade de se romper a cisão entre teoria e ativismo. Para Curiel (2020), as feministas decoloniais só conseguem construir narrativas a partir da luta e experiência política. Hollanda (2020), fala sobre combater o denominado por ela “império cognitivo e norte-americano”, para que o feminismo decolonial se debruce na utilização de suas contraepistemologias. O feminismo decolonial, por sua vez, baseia-se na crítica ao colonialismo moderno e defende uma revisão radical das teorias feministas eurocentradas. Essa abordagem visa eliminar a separação histórica entre teoria e ativismo que tem marcado os feminismos ao longo do tempo. O pensamento decolonial traz uma contribuição significativa ao discutir a emergência e o significado da modernidade. Quijano (2005) destaca que “não há modernidade sem

colonialidade”, o que implica que a afirmação da modernidade em suas dimensões filosóficas, epistemológicas e políticas depende da manutenção de relações de poder que subordinam os colonizados em relação aos colonos do norte global. A modernidade é caracterizada por elementos como racismo, eurocentrismo, capitalismo, imperialismo e colonialismo; a isso, podemos somar também aspectos capacitistas e cisheteronormativos (GESSER;VALE;MORAES, 2024). A forma invasiva e colonizadora, disfarçada de uma educação emancipadora, defendida pelos colonizadores, que vislumbrava a educação ocidental, feriu e de certo modo ainda fere diretamente as tradições culturais de indivíduos, influenciando a fazerem parte de culturas, com práticas culturais que não eram seus ideais de origens. A tentativa colonizadora de mudar os comportamentos e ações desde a infância, é uma forma de atender aos interesses do sucesso material capitalista. Pelos pensamentos de superioridade das elites e classes dominantes, os processos colonizadores se perpetuam até os dias atuais, seja para quem viveu esta experiência ou para quem vive os seus resquícios, que pautam uma única forma hegemônica, possível de viver, reproduzindo pensamentos e comportamentos violentos de exclusão para quem não se encaixa nos padrões, com base nos valores sociais eurocêtricos.

Lila Abu-Lughod (1996) explora como feministas e mestiços/as, conforme suas práticas antropológicas deslocam as fronteiras entre si e o outro, permitem-nos refletir sobre a natureza convencional e os efeitos políticos dessa distinção, levando-nos ao ponto de reconsiderar o valor do conceito de cultura do qual tal distinção depende. A autora começa afirmando que a questão a qual ela é convidada a falar é sobre as práticas descoloniais que fluem num mundo que se organiza na sua totalidade pela lógica colonial. Então ela reformula essa questão com outras questões: onde estão sendo abertas as fissuras que avançam, hoje, desarticulando a colonialidade do poder, e como podemos falar delas? Que papéis desempenham as relações de gênero nesse processo? Para examinar a inter-relação entre colonialidade e patriarcado e suas derivações, o patriarcado colonial moderno e a colonialidade de gênero, ela vai transitar entre duas incursões que são e participações no feminismo e na luta indígena. Esses dois caminhos ajudaram-na a compreender como as relações de gênero se viram modificadas historicamente pelo colonialismo e na episteme da colonialidade cristalizada e reproduzida permanentemente pela matriz estatal republicana (SEGATO, 2012).

Por outro lado, encontra-se a consolidação das práticas fundamentalistas em sua reprodução enquanto disciplina. Com a preocupação de práticas descolonizadoras, ela utiliza ferramentas da formação de forma invertida, que ela chama de “antropologia por demanda”. Isso seria que produz conhecimento e reflexão em resposta às perguntas que me colocam aqueles que, numa perspectiva clássica, constituiriam os objetos de observação e estudo. Na sequência ela vai trazer dados de que mostram sobre o “Feminicídio: Sintoma Da Barbárie Do Gênero Moderno”. Onde ela conta que em 2003 ao ser convocada por organizações da sociedade civil para pensar sobre a forma de oferecer inteligibilidade aos numerosos cruéis assassinatos de mulheres que ocorriam na Fronteira Norte mexicana. Um período que foi marcado por inovações sombrias e cruéis na maneira de vitimar os corpos femininos e “feminizados”, uma crueldade que se propaga e amplia descontroladamente. Continua Segato:

Os casos de Guatemala, El Salvador e do México, no nosso continente, bem como do Congo – dando continuidade às cenas horrendas de Ruanda –, são emblemáticos desta realidade. No Congo, os médicos utilizam a categoria “destruição vaginal” para o tipo de ataque que, em muitos casos, leva as suas vítimas à morte. Em El Salvador, entre 2000 e 2006, em plena época de “pacificação”, verificou-se um aumento de 40% nos homicídios de homens, ao passo que, no caso das mulheres, os homicídios aumentaram quase o triplo, em 111%. Na Guatemala, também de forma concomitante com o restabelecimento dos direitos democráticos, entre 1995 e 2004, se os homicídios de homens aumentaram 68%, para as mulheres o aumento foi de 144%, o que significa o dobro. No caso de Honduras, a distância entre os valores é ainda maior, dado que entre 2003 e 2007 o aumento da vitimização de homens foi de 40% e de mulheres de 166%, o que perfaz quatro vezes o total de homens vítimas (Segato, 2012).

Ela observa que ao refletir sobre essa situação, percebeu que a crueldade e a desproteção enfrentadas pelas mulheres aumentavam à medida que a modernidade e o mercado se expandiram, incorporando novas regiões.

O último capítulo é dedicado à apresentação das histórias das mulheres entrevistadas, organizadas em eixos que evidenciam as diferentes formas de violência vivenciadas.

3. Narrativas em forma de tramas interseccionais

Início este capítulo, trazendo a base metodológica desta escrita, que antecipa a escuta e escrita das narrativas. Os contos metodológicos, foram pensados a partir do compromisso ético de pesquisa em não produzir e reproduzir a revitimização das mulheres vítimas de violências. Para tanto, esses contos foram desenvolvidos como uma maneira de criar distanciamento da revitimização e facilitar a compreensão de experiências traumáticas. Inspirados em relatos e situações reais de violência, são narrados em uma linguagem acessível e direta. A escrita, nesse contexto, pode representar uma forma de fortalecimento para quem lê ou escuta, já que as histórias podem ser registradas tanto por escrito quanto em áudio. A partir dessa imersão, a interlocutora pode se sentir encorajada a compartilhar suas próprias percepções, e, com seu consentimento, esses relatos podem se tornar parte de um estudo etnográfico. Essa metodologia permite a construção de novas leituras sobre essas vivências. Com o propósito de estabelecer um delineamento empírico, apresento três contos como principais elementos metodológicos, concebidos a partir das experiências de violência abordadas nos trabalhos.

CONTO 01: Violência Física

Era só um dia comum. Uma quarta feira de primavera...

Ailla, depois de uma noite mal dormida e pouco aproveitada, devido a sobrecarga de estudos da faculdade, acorda para mais um dia de estágio. Ailla é uma jovem de 21 anos, tem olhos azuis, cabelos pretos, corpo de estrutura magra e é cadeirante. Como sempre, Ailla acorda no mesmo horário 06:00am), toma um café da manhã rápido, juntos de seus pais e se direciona para sua Faculdade.

Ailla utiliza o transporte público para chegar até a Universidade e percorre os caminhos das ruas calmas, numa cidade do interior da Bahia, até o ponto de ônibus. Durante o percurso, Ailla lembra que precisa relembrar sua amiga Evellyn

de levar para a faculdade uma blusa de cor rosa, com estampas de rosas, para utilizar em um encontro marcado para o mesmo dia, como ela havia combinado no dia anterior. Ela para o manuseio da sua cadeira de roda, beirando a sombra de uma árvore, envia uma mensagem de texto e segue o caminho até o ponto de ônibus que está logo na próxima esquina. Não demorou muito para que o ônibus chegasse. Com a ajuda do cobrador do ônibus, Ailla consegue se aconchegar no seu espaço reservado no ônibus, apesar do ônibus lotado e de pessoas sem deficiência estarem naquele lugar. A viagem de ônibus se estende por cerca de 30 minutos. Ailla utiliza esse tempo para colocar algumas leituras atrasadas em dia e observar as pessoas ao seu redor.

Durante o intervalo de tempo em que Ailla entrava no ônibus e conseguia se instalar no lugar direcionado a ela, um homem branco, aparentemente uns 35 anos, soltava sussurros sobre onde ela iria caber naquele ônibus lotado. Se intensificou quando ele descobriu que seria no lugar que ele estava. Ao invés de criticar o serviço precário oferecido, questionou se a permanência da jovem era válida ou não.

Ao decorrer do caminho, o ponto de chegada de Ailla se aproximava. Como era corriqueira a ida da jovem todos os dias, o cobrador já sabia onde ela desceria. Então, ao se aproximar mais um pouco, o trabalhador se levantou do seu lugar para ir até Ailla e a ajudar a descer. Durante o processo de descida, que já é um pouco demorado pros outros passageiros, tendo em vista que a tecnologia dos ônibus é um tanto arcaica, a escada de uso comum, que se transforma em uma rampa para que a Ailla possa descer emperrou e durante uns 10 minutos o motorista do ônibus e o cobrador se colocaram pra resolver este problema. O homem que já estava irritado pela situação anterior, ficou ainda mais irritado, assim falando um monte de coisas horríveis para Ailla, a constrangendo na frente de todos e todas. Como se não bastassem as agressões verbais, chegou ao ápice da situação. Enquanto Ailla e algumas poucas pessoas tentavam amenizar a situação, o homem se exaltou a ponto de agredir Ailla com um soco na boca. Nesse momento um grande alvoroço foi causado no ônibus onde as pessoas finalmente tentaram acabar com aquela situação.

Ailla, com o sentimento de revolta, expôs o caso nas redes sociais, que acabou atingindo um grande público e ganhando visibilidade.

Conto 02: Violência Sexual

Assim como a maioria das meninas jovens do ensino médio, Marina tem suas fiéis amigas. Dentre estas, Juliana é uma das suas melhores amigas. Elas faziam tudo juntas. Estudavam juntas, iam ao mercado juntas, saíam juntas pra se divertir, até dormiam juntas algumas vezes. Marina é uma jovem de 18 anos, que está no último ano do ensino médio. Tem cabelos longos, olhos verdes e tem baixa visão. Juliana, sua amiga, é um pouco mais alta que Marina, também com 18 anos, tem olhos castanhos e cabelos escuros.

Elas moram na mesma rua há mais de 15 anos e se conhecem desde criança. Todos os dias vão juntas pra escola do bairro e voltam juntas. Marina e Juliana se encontraram por volta das 7h da manhã e se locomoveram até a escola. Juliana a ajuda com sinais de identificação nas ruas, para que ambas tenham um caminho tranquilo. Elas sorriam, conversavam. Chegaram na escola e se direcionaram para a sala de aula. Era aula de história e a professora falava sobre o período da ditadura militar no Brasil. Durante a aula a professora passou um trabalho avaliativo, que a composição era um trio. Marina e Juliana logo sinalizaram que para se juntar. Karine, uma amiga da turma, também faz parte do trio. Durante a saída da escola, elas combinam de ir até a casa de Marina para fazer o trabalho durante a noite e, no final, dormirem por lá, para irem juntas até a escola no outro dia.

As três se direcionaram até a casa de Juliana. Era quase hora da janta e a mãe de Ju pediu pra que ela fosse até a padaria e assim pudessem jantar. Elas se encaminharam até a padaria e voltaram pra casa. Durante o jantar, estavam na mesa as três amigas, a mãe de Juliana e o irmão mais velho de Juliana. Conversa vai conversa vem, Marina não percebeu que o irmão mais velho de Juliana estava olhando para ela sem parar. Eles se conheciam há muito tempo, mas dessa vez os olhares eram diferentes. Ao contrário de Marina, Karine percebeu os olhares e falou para elas quando o jantar acabou e elas estavam no quarto conversando. Elas não se importaram, afinal era alguém próximo e acharam normal, sem maldade. Elas conversavam sobre o trabalho, enquanto Karine digitava alguns pontos para serem desenvolvidos. Após a finalização, colocaram um filme pra

assistir enquanto pegaram no sono. Juliana tinha uma cama de casal, cama espaçosa de aconchegou rapidamente as três. Durante a noite, Marina acordou sentindo toques nas suas partes íntimas. Sonolenta e assustada, ela só perguntou o que ele estava fazendo e ele correu. Marina ficou muito assustada com a situação, porém só soube se retrair no outro dia. As amigas perguntavam porque ela estava triste, mas ela não falava nada. Até que uma hora ela falou apenas para a Karine, que sugeriu que ela fizesse uma denúncia, mas ela com medo da reação externa não realizou.

Conto 03: Violência Psicológica

Bethy esteve em um relacionamento abusivo por 13 anos. Assim como várias mulheres de gerações anteriores, Bethy se casou muito jovem, com apenas 17 anos. Bethy é uma mulher de 30 anos, tem deficiência auditiva e hoje trabalha junto com outras mulheres de uma associação de mulheres com deficiência auditiva, na área de designer gráfico. As discussões sobre problemas que norteiam a vida de mulheres com deficiência são diversas e também tiveram muita contribuição para a Bethy estivesse onde está hoje.

Aos 16 Bethy conheceu Roberto, que tinha 18 anos. Namoraram durante 6 meses e Roberto a pediu em casamento. A família, que já não aguentava mais ter ajudar Bethy com as coisas que ela pedia ajuda, acatou com a decisão. Bethy sem muito poder de escolha ou até de vontade própria encarou a nova realidade. Não demorou muito para que eles se casassem e fossem morar sozinhos. Bethy nota que quanto mais o tempo passa, mais o seu marido fica impulsivo e controlador. Antes eles moravam a 80km de distância e hoje estão juntos todos os dias a todo momento. Bethy se casou aos 17, no início da faculdade. Ele dizia que Bethy não precisava sair de casa. Ele fazia tudo. Ia ao mercado, a feira, fazia a comida e ela só existia a partir do que ele permitisse que ela fosse. Ela não podia ter amigos, nem ter contato com ninguém de fora da família, pois segundo ele, ele daria todo suporte que ela precisasse e também não precisaria sair e nem poderia sair sem antes pedir permissão.

Era uma cidade pequena, com desenvolvimento médio, mas tinha uma grande chance de todos da cidade se conhecerem. Roberto então teve uma conversa com o chefe de Bethy, que trabalhava em um escritório e em seguida Bethy foi demitida do emprego. Bethy estava sofrendo tanta pressão que teve que desistir da faculdade. Ele dizia que uma mulher com deficiência não precisava estudar e ela muito menos porque ele daria tudo, mais uma vez.

Passado uns anos, Bethy engravidou e começou a frequentar consultas médicas e encontro com outras grávidas que conversavam sobre diversos assuntos, dentre eles abuso psicológico, relacionamentos abusivos e violência. Só aí Bethy começou a perceber que as atitudes de Roberto eram abusivas. A cada comentário, eu fui me identificando e percebendo que se tratava de abuso". Ela acabou entrando em trabalho de parto dentro de casa, contra a vontade do marido. "Me empoderei durante a gravidez, aprendi a me impor, ele não queria que eu tivesse parto normal de jeito nenhum, pois isso me "alargaria", conta. Então com o passar dos anos as discussões só foram se intensificando, até que ela optou por denunciar o marido que tentou fazer sexo com ela sem consentimento. "Eu já sabendo que aquilo era estupro, recusei. Saí correndo de casa pedindo socorro. Ele me bateu e me arrastou no chão", descreveu.

Ela cada vez mais lia e tinha acesso a grupos e movimentos que falavam sobre esses assuntos na internet e começou a frequentar pessoalmente. Ela registrou a denúncia em uma delegacia próxima da casa, a 7ª Delegacia de Defesa da Mulher de Alagoinhas. Foi acompanhada da irmã que resolveu apoiar, apesar da mãe ter falado que não era nada demais e que era normal, pois ele era seu marido. Hoje Bethy procura empoderar mulheres com deficiência e tenta fazer com que cada vez mais mulheres com deficiência se imponham e tenham voz.

A seguir, subcapítulo examina como o machismo estrutural impacta as vidas das mulheres deficias, dificultando seu acesso à justiça, ao trabalho e ao respeito em suas relações interpessoais.

3.1 Violência como desdobramento da desigualdade de gênero

Torna-se essencial estabelecer os diálogos interseccionais entre diferentes marcadores sociais. Os estudos antropológicos, etnográficos e de toda ciências sociais buscam compreender como se dão as relações sociais, sua diversidade e como estas se estabelecem. Ao emergir em reflexões antropológicas, etnográficas e sociais, conseguimos identificar quem são os principais alvos das consequências coloniais, imperialistas e capitalistas. Os marcadores de gênero, raça, classe e deficiência são reveladores para os principais argumentos que aqui serão percorridos. Mead (2000), em *sexo e temperamento*, se propunha a entender a relação entre biologia e sociedade, colocando como principal abordagem a cultura enquanto a principal produção das relações em sociedade, que também se difere em cada sociedade. Ela estudou sobre os padrões comportamentais reproduzidos em diversas sociedades, ao atribuir papéis diferentes aos dois sexos, que se cerca desde o nascimento, com uma expectativa de comportamento diferentes, como é visto em diversos tipos de relações, como por exemplo de namoro, casamento e divisão do trabalho, chamando a atenção para o que a biologia controla nas relações sociais, e garante formas de vivências, a depender a sua situação, como idade e o sexo, mas, por trás do lugar físico e do corpo, as formas de agir, de pensar, crenças, visões de mundo, tudo que se torna único para um determinado grupo, é reflexo da cultura. Benedict (1934) também estava preocupada em investigar os padrões culturais e comportamentais. Para tanto, vimos o texto *O Crisântemo e a Espada*. A autora envolve estudar uma cultura em seu próprio contexto e entender como seus valores e crenças são moldados por sua história e ambiente. Benedict também discute a importância da hierarquia na cultura japonesa e como isso reflete em suas relações sociais. O desenvolvimento tardio ou inexistente de políticas públicas, em torno das necessidades reais das minorias sociais, revelam o descaso em promover certa emancipação e equidade das relações sociais.

Um exemplo das contradições inerentes ao processo de aplicar as políticas e leis gerais para situações específicas é a Lei Maria da Penha, nº 11.340. Essa lei surge somente em 2006, após Maria da Penha Maia Fernandes, mulher branca, ter vivido inúmeras agressões por parte de seu companheiro e quase ter sido vítima de feminicídio. Essa violência resultou em Maria da Penha fazer parte de mais uma

categoria que vislumbra a opressão, a da deficiência. Maria da Penha ficou paraplégica, trazendo consigo, a interseccionalidade das pautas de gênero, violência e deficiência. Ela lutou bravamente, até conseguir levar o caso até a Organização dos Estados Americanos e assim conseguir instituir a lei em defesa de todas as mulheres. Parecida com Maria da Penha, Márcia também tem uma história de violência de gênero que se desdobra em deficiência adquirida. O relato a seguir, também surgiu durante a roda de conversa, via vídeo chamada, citado anteriormente. Márcia residia no sertão de Alagoas, quando foi vítima da tentativa de feminicídio através de tiros disparados contra ela pelo ex-companheiro que a deixaram paraplégica. Entretanto, ao ser questionada sobre as denúncias e se o autor do crime estava preso, surge a resposta:

Não, Eliene. Naquele tempo, minha amiga, quem tinha 18 anos era considerada menor. E por ser filho de pessoas que tinham condições (fazendeiros, né?) que era lá do interior, o pai deu uma cobertura e ele foi embora. E eu fiquei, né? Ele está impune. Ele vive no sertão. E minha família é do sertão. Eu vim mais pra Maceió, porque aqui pra mim é bem melhor. E tudo. E não está vendo ele todos os dias, como eu via, e correndo risco. Quando aconteceu eu tinha 17 anos. Essa lei “Maria da Penha”, veio muito depois. Eu também, Maria da Penha, passei pelo mesmo problema que você passou. É quase idêntico, só que a Maria da Penha deixa muitas brechas. É. E hoje os homens já não estão machucando nem empurrando, mas eles estão matando, estão exterminando. A gente tem que fazer algo que mude, que esse parlamentar reveja essas leis. Há uma urgência aí de uma reforma judiciária. Principalmente na Maria da Penha. (Márcia. Gravação de áudio. 2024)

Assim como Márcia, outras mulheres *defiças* convivem com situações de violências psicológicas, morais, patrimoniais, sexuais e físicas como todas as mulheres sem deficiência. Mas há também processos de violência desencadeados pelo capacitismo. Tiê, narra, durante nossas conversas, via áudios, que a violência é algo contínuo para ela e que depois de cega, estes atos se tornaram ainda mais recorrentes.

Então, violências aconteceram comigo antes mesmo de me tornar uma mulher cega. Inclusive foi através dos picos de estresse, ocasionados pelo assédio que eu comecei a perder minha visão, por conta também da diabetes. Já aconteceu casos de homens fingirem ser moto-taxistas para me levarem aos lugares. Já aconteceu também casos de homens também cegos tentarem me estuprar. De fato não é fácil, eu tenho tentado ressignificar muita coisa e tento evitar também muita coisa. (Tiê. Gravação de áudio. 2021).

A violência reverbera nas relações sociais de forma muito vasta, quando as relações de poder colocam as minorias sociais em subalternidades, e se reproduz em outras relações de opressor e oprimido. Segundo Quijano, (2000) as relações de dominação são baseadas nas ideias eurocêtricas e colonialidade do poder, que inferiorizam grupos minoritários pelas diferenças culturais, etnico-raciais, gênero e classe social. Dessa forma, os sistemas de dominação buscam colocar hierarquicamente, uma suposta hegemonia social, para que prevaleçam seus interesses político-sociais e econômicos, com resultados nas desigualdades sociais e violência. Quando a violência tem o recorte de gênero, há vários aspectos passíveis de serem analisados e investigados. Mary Del Priore (2013) aponta que a violência contra as mulheres foi historicamente negligenciada e naturalizada nas relações sociais, fundamentada na ideia de inferioridade dos corpos femininos. Essa visão baseava-se na crença de que as mulheres existiam exclusivamente para a procriação, para estar à disposição dos homens e servi-los conforme sua conveniência. Essa lógica reforçou a exclusão das mulheres de espaços de fala, direitos e poder de escolha. A perspectiva biomédica da época também contribuiu para essa visão, ao associar a "fêmea humana" à fragilidade, justificando seu papel restrito a tarefas consideradas "leves", como os afazeres domésticos e a reprodução. Para Bourdieu (1995), instituições como a igreja, a família e a escola perpetuaram a ideia de que a violência contra mulheres era uma forma legítima de correção e disciplina, aplicada diante de comportamentos considerados "desrespeitosos" em relação aos homens.

Saffioti (2015) define violência como qualquer sinal de descaracterização de integridades físicas, psicológicas, sexuais, morais. A violência de gênero é

alimentada de forma incisiva pelos sistemas de dominação neocolonial, que norteiam nossas formas de existências, bem como o sistema capitalista e o patriarcado. Estas são ferramentas de base das desigualdades sociais. Dentre as várias restrições alimentadas por esse sistema de violência, uma delas é a visão de poder masculino sobre os corpos femininos. Como forma de controle, muitos homens reiteram essa posição de poder, agindo muitas vezes de forma incisiva, manipuladora e violenta. Ainda durante a roda de conversa realizada por vídeo chamada, Márcia aprofunda o relato sobre a relação abusiva com o homem que tentou matá-la:

Muitas das vezes a gente pensa que é amor, sabe? No meu caso era assim. Ele era o seguinte, eu não poderia usar uma bermuda, né? Que aquelas pernas eram só dele. E no início eu achava muito lindo porque era amor. Não era amor, era posse. Botar uma coleira assim, como quem diz, você só faz o que eu quero. E foi justamente isso que aconteceu. Foi um ano sofrendo. Além disso, as agressões, né? Apanhar, levar empurrão, gritar, fechar você, trancar você, você não poder sair do supermercado fazer nada, só com ele, era só dele. E eu achava que era amor, amor, né? Mas, o tempo foi passando, eu engravidei rápido, né? Eu engravidei de primeira assim, mas eu sentia no meu coração que não era. Quem ama não bate, quem ama não machuca, quem ama não bota você pra baixo. Quem ama não pega a sua roupa que você mais ama, rasga. Quem ama cuida. Quem ama não vai proibir sua esposa de ir na casa da sua mãe, dar uma benção à sua mãe, falar com seus irmãos. E tudo isso eu passei. E eu me alertei no meio de gravidez que foi quando eu comecei com ele. Se ele não mudar, eu ir embora, porque eu sabia que aquilo não era amor. Nunca foi. Tem outro nome, mas amor não. Porque aconteceu. Quando eu ganhei o meu filho, ele foi pior, piorou a situação. É um negócio que eu vou esperar mudar, não muda a gente, não muda. E foi o que aconteceu comigo. Quando eu quis me separar, meu filho ficou um mês de nascido, eu com o menino no colo. Trocando a prova do meu filho, ele chegou simplesmente e atirou em mim. Por trás, covarde. Cinco tiros. Então já estava premeditado. Um crime premeditado, ele já estava pensando em fazer. Ele não pensou nem em mim, nem no filhinho, principalmente

na criança. Não pensou em ninguém. (Márcia. Gravação de áudio. 2024).

Após esta colocação de Márcia, Júlia, que também constroi a AMDEAL, mulher cadeirante, que estava também participando da roda de conversa, durante a chamada de vídeo, se expressa:

Foi bem importante eu entrar aqui, e ouvir sobre isso. Aconteceu um episódio comigo hoje. Assim, eu sempre tive essa posição de estarem mandando na minha vida. Aconteceu hoje com uma pessoa que eu estava apenas conhecendo ainda. Eu estava de camisa, que tinha um decote. Ele disse: Não, eu quero que você feche, eu quero que você tire. Nesse tom assim de exigir. Eu olhei assim pra cara da pessoa, e disse: você não manda aqui não. Eu estou bem, eu estou me achando bem. Você está achando ruim, é problema seu. Onde eu sou sua propriedade, não sou sua propriedade. Isso me fez pensar e tal. E agora vocês falando, veio tudo de volta. Como assim? Como é que uma pessoa com uns dias, um mês que me conhece acha que é meu dono? Como é que isso vai terminar? E ter esse pensamento: Ah, ele vai mudar... não vai. É dele. Como eu não vou mudar minha posição também, entendeu? Então pronto, cada um vai para o seu canto. Você está me dizendo que eu não vou viver? Eu disse a ele: Eu vivi minha vida toda sem você e não vai ser agora que a minha vida vai acabar. Não é assim. Eu tenho que gostar de mim primeiro, para depois gostar do outro. Então os relatos de vocês aqui, sabe, encaixou no que eu já havia pensado. (Júlia. Gravação de áudio. 2024).

O conceito de violência de gênero, desenvolvido por Saffioti e Suelly Almeida em 1995, considera as violências exercidas em espaços públicos ou privados, tal como expresso na Lei Maria da Penha. A A violência de gênero não contempla apenas à violência ligada a mulher, mas também contempla pessoas LGBTQIA+, como por exemplo homens gays que encontram-se em situação de violência, seja em ambiente doméstico ou nas esferas trabalhistas. Segundo Gregori (2008) a violência de gênero não se limita apenas a compreender a vitimização da

mulher enquanto seres fragilizados e dominados, mas engloba a possibilidade de que mulheres podem se compreender enquanto capazes de se livrarem das amarras discriminatórias e assumir posturas e práticas libertárias que quebram os estereótipos dos seus papéis sociais. Quanto a isto, Márcia destaca:

E vou deixar bem claro aí, Eliene. Eu quero visibilidade em todas as coisas que eu falar. Eu não tenho nada que esconder, né? Pelo contrário, eu tenho que mostrar que é pra outras não passar o que eu passei. É ter que mostrar a cara. E hoje a minha bandeira é essa. Não espere mudar. Eu digo, gente, eu acordei pra vida muito depois. Vocês mulheres lindas, maravilhosas. Não se deixem levar por amor. Eu tô fazendo isso com você porque é por amor. Não! É posse! Machismo! (Márcia. Gravação de áudio. 2024)

As expressões da violência de gênero são perpassadas por relações de poder distintas, como: raciais, de classe, ascensão social e de deficiência (Debert e Gregori, 2008). As perspectivas da violência de gênero deixam também em evidência outros aspectos socioculturais, como exemplo as questões de deficiência. Os debates de gênero, deficiência e cuidado, passam a ser tratados pelas teóricas feministas, a partir de 3 eixos norteadores conforme Mello e Nuerneberg (2012) descrevem: 1) a desnaturalização dos corpo, 2) a dimensão identitária do corpo e 3) a ética feminista da deficiência e do cuidado. A experiência subjetiva do corpo *defiça*, ressignifica a experiências de transcendência do corpo, para as vivências de dor que mulheres experienciam ao viver em “corpos dissidentes”.

As perspectivas feministas descrevem que a violência contra mulheres com deficiência é parte da questão maior que envolve a violência contra pessoas com deficiência em geral e inclui a violência cometida com força física, compulsão legal, coerção econômica, intimidação, manipulação psicológica, fraude e desinformação. De forma empírica, relacionado a isso, trago um relato que surgiu durante meu percurso de campo (2021), via troca de áudios com Amélia, 37 anos, mulher negra, com deficiência visual, moradora de uma periferia de Maceió, a vulnerabilidade à violência fica evidente.

Quando eu tinha 17 anos, eu fui dormir na casa de uma amiga. Não sei se foi uma violência, se foi uma pré violência

sexual, mas deve ser, né? (risos embargados). Eu estava dormindo e eu acordei com uma mão do indivíduo (irmão da amiga) tocando minhas partes íntimas. Então como eu não tenho sono muito pesado, acordei e saí da cama, não gritei, nem nada. Só pedi pra ele parar com aquilo, porque no início eu fiquei assustada, né? Porque você acorda assustada com alguma coisa tocando ali. Passado isso acordei e eu falei para ele parar com isso. Não ia falar para todo mundo e o meu maior erro foi não ter falado. Mas por que ele deve ter feito isso? Porque ele deve ter pensado: ah! menina com deficiência visual, vulnerável. Ela não vai fazer nada, vai até permitir. É permitido, né? Eu posso transar com ela aqui mesmo, aí não vai dar em nada então. (Amélia. Gravação de áudio. 2021).

Embora ela esteja reconhecendo apenas a deficiência como “autorizadora” do abuso, é importante fazer uma análise interseccional desse relato. Considerando as interseccionalidades, os perfis das mulheres mais expostas à violência, é de mulheres negras. A colonialidade de gênero é como um processo que invisibiliza e desumaniza mulheres pretas, indígenas, que enquanto mulheres colonizadas torna-se um ser vazio, indigno de ser considerado mulher, como as mulheres puramente brancas. Com essa perspectiva, as mulheres com deficiência, negras, moradoras de periferia, também passam por situações em que sua identidade etnico-racial é peça chave para o destaque das violências.

Segundo Quijano (2005), a colonialidade, o sistema capitalista instituíram hierarquicamente seres “superiores” e “inferiores”, com base em suas identidades etnico-raciais para que se legitime a referência fundamental do caráter eurocêntrico do padrão de poder, material e intersubjetivo. Por isso é necessário entender que os processos “civilizatórios” em que mulheres pretas ou “colonizadas” se inserem, se diferencia dos processos em que mulheres brancas experienciam. Lugones (2014) salienta que eles se diferenciam porque enquanto mulheres brancas, apesar de estarem em situação de opressão, eram vistas enquanto o “corpo puro” para reproduzir os interesses do capital com sua pureza sexual europeia. Enquanto a mulher branca era vista como um ser dócil, restrito ao ambiente doméstico para atender aos interesses do homem branco, as mulheres negras eram brutalmente violentadas, tanto física quanto sexualmente, para atender aos desejos do

colonizador. Paralelamente, seus corpos também eram instrumentalizados para cuidar das crianças brancas, como exemplificado pelo ato de amamentá-las com seu próprio leite materno.

Elisa Pankararu (2019), traz reflexões sobre violências contra mulheres na sua comunidade indígena. Ela extrapola a discussão já colocada pelo feminismo, mostrando como neste e em outros contextos, é necessário falar sobre colonialidade, ou seja sobre um histórico de violências que não se limitam ao passado, mas se manifestam e perduram no nosso presente. A violência histórica e estrutural que marca os corpos indígenas, especificamente das mulheres, não é apenas física, mas também envolve aspectos culturais e sociais profundamente enraizados na história colonial do Brasil. A luta das mulheres indígenas, segundo Elisa, é inseparável da luta pela terra e pela autonomia dos povos, pois o território é visto como parte fundamental da resistência frente às ações do Estado. A violência contra as mulheres indígenas está intrinsecamente ligada à exploração do território e à imposição de um modelo capitalista que desrespeita tanto a cultura quanto os direitos dessas populações, reforçando a necessidade de uma visão mais ampla que inclua a proteção de seus corpos e territórios. Ela enfatiza como o racismo estruturante do Estado brasileiro e a marginalização das culturas indígenas contribuem para uma violência cotidiana, muitas vezes invisibilizada ou tratada como natural, como a violência doméstica, a violência sexual e a privação de direitos. Ao mesmo tempo, ela propõe que a luta contra essas violências é também uma luta de afirmação de identidade, em que as mulheres indígenas desempenham papéis centrais na preservação de saberes ancestrais.

Ela ainda coloca a violência colonial dentro de um contexto mais amplo, onde o genocídio contra os povos indígenas e a destruição de suas culturas também atinge as mulheres. A violência de gênero nas comunidades indígenas, segundo Elisa, é um reflexo das violências estruturais do Estado brasileiro. Pensar como isso afeta as mulheres *defiças*, sobretudo as indígenas, é pensar que a perspectiva colonial e patriarcal desconsidera a diversidade de corpos e experiências, especialmente aqueles que não se enquadram nas normas de normalidade e produtividade estabelecidas pelo Estado.

As mulheres com deficiência dentro das comunidades indígenas sofrem com a marginalização colonial: primeiro, pela condição de deficiência que as torna alvos de estigmas tanto nas sociedades indígenas quanto no contexto mais amplo, e

segundo, pela condição de mulheres, que historicamente são invisibilizadas e sujeitas à violência de gênero. A abordagem decolonial, que é defendida por Pankararu e outras líderes indígenas, coloca as mulheres com deficiência como sujeitos de direitos, desafiando a ideia de que a deficiência é uma condição "anormal" ou que deve ser corrigida dentro de um sistema de saúde e educação que ignora as particularidades culturais dos povos indígenas.

Essa luta é também uma afirmação de identidade, onde as mulheres com deficiência reivindicam seu espaço dentro de suas comunidades, com acesso à saúde, educação e acessibilidade em seus próprios termos. Para as mulheres indígenas com deficiência, a luta envolve uma interseção complexa entre gênero, raça e deficiência. O colonialismo, o patriarcado e o capacitismo se entrelaçam para negar a essas mulheres o reconhecimento de suas capacidades, sua identidade cultural e a autonomia sobre seus corpos. O movimento feminista indígena, e mais especificamente o movimento das mulheres com deficiência, propõe dar visibilidade a essas experiências, reconhecendo o saber e as práticas culturais dessas mulheres, que muitas vezes estão imersas em rituais e práticas espirituais que podem ser desconsideradas pela medicina tradicional ou pela norma ocidental de saúde. Elisa Pankararu defende que os feminismos indígenas devem considerar todas as formas de opressão que as mulheres enfrentam, incluindo aquelas relacionadas à deficiência, para subverter as narrativas de exclusão que o sistema colonial e patriarcal impõem.

As experiências interseccionais de mulheres deficias, negras, periféricas, indígenas, precisam ser denotadas a partir das potencialidades de suas especificidades. Com base nisso, estas linhas entrecruzadas, também ficam presentes na fala de Amélia, durante o mesmo momento de diálogo de campo, via áudios, onde ela narra outra situação de violência vivida.

Fui até a padaria e na volta meu vizinho me acompanhou. Na época eu tinha 25 anos. Eu sempre usava tranças no cabelo e ele ao caminhar do meu lado perguntou onde eu fazia o e preço de cabelo. Eu respondi. Ele disse que conhecia um lugar que fazia tranças e que o trabalho da moça que fazia era bem reconhecido e mais barato. Eu pedi o endereço ou o telefone pra ter conhecimento e ele disse que ia procurar. Chegamos na minha casa, eu entrei e ele

seguir o caminho dele. Depois ele retorna à minha casa, falando que iria até o bairro em que a moça trabalhava. Disse também que me deixaria na porta dela para poder conversar pessoalmente. Eu concordei. Ele me levou de moto. Ao chegar lá, ele disse que a casa da moça estava fechada e que ia ter que passar em outro lugar. Eu olhando aquele lugar, era apenas mato de um lado e mato de outro lado. Era um lugar bem esquisito, mas eu confiei e prossegui com ele, afinal de contas era meu vizinho. Eu confiei. Ele parou a moto em outro lugar esquisito e pediu pra que eu fosse com ele até o mato. Ele me pegou pela mão, me arrastando pra outro lugar e colocou minha mão na parte íntima dele e disse: “Olhe, eu te mantenho com o dinheiro que você precisar e a gente fica junto, em outra cidade”. Eu paralisei e perguntei se ele estava ficando louco. Ele não estava sendo grosso, mas eu me assustei. Ele pediu pra tirar minha calça e ficou tentando me convencer. Após eu falar que estava menstruada, ele virou de costas pra mim e se masturbou. Eu não conhecia aquela região e estava totalmente dependente dele pra voltar. Eu não sabia andar sozinha. Até hoje eu ouço o som que ele fazia e isso me corrói a mente. Eu senti muito nojo. (Amélia. gravação de áudio. 2021).

Neste relato de violência sexual, a relação de proximidade e a dependência em relação ao abusador nos convidam a pensar sobre as condições das mulheres com deficiência de relatar o abuso para os familiares e mesmo prestar queixa na delegacia. Outro ponto que chama a atenção aqui é que segundo dados do Fórum Brasileiro da Segurança Pública mostram que 58,5% dos casos de violência contra as pessoas com deficiência aconteceram em ambientes domésticos. Segundo os dados levantados, a maioria dos agressores são pessoas próximas, que acabam tendo contato corriqueiro com as vítimas, sobretudo quando os casos não são denunciados, pelo desamparo das leis vigentes. A violência acaba por ser sentida de mais intensa quando a agressão é proferida por alguém próximo que outrora existisse estabelecido um vínculo afetivo ou de confiança. O vínculo afetivo ainda pode permanecer porque a manipulação da situação acaba por naturalizar essas situações de violência.

A seguir, serão exploradas as formas específicas de discriminação contra pessoas com deficiência, incluindo a infantilização, a desconsideração de sua autonomia e a falta de suporte institucional adequado.

3.2 Violência como desdobramento do Capacitismo

O modelo social da deficiência defende a convivência das pessoas com deficiência na sociedade, entendendo assim que de outro modo elas são culpabilizadas pelas desvantagens sociais. Essa perspectiva, responsabiliza a sociedade pela construção de políticas públicas que contemplem a experiência da deficiência, compreendendo a diversidade dos corpos e ressaltando as pré concepções estabelecidas que reverberam em diversos problemas naturalizados socialmente (Bampi; Guilhem; e Alves, 2010).

O que lemos socialmente como deficiência é na realidade, um compilado cultural de práticas, discursivas e estéticas que interpretam as variações corporais. Similar aos estudos étnicos e de gênero, as pesquisas sobre deficiência são orientados por uma metodologia crítica mais abrangente, conhecida por vezes como "crítica corporal" que enfoca os significados das diferenças físicas e analisa como o corpo tem sido compreendido ao longo do tempo (Garland-Thomson, 2005). Contudo, a autora afirma que é necessário "transfigurar" a deficiência no imaginário cultural, ressignificando a ideia de problema introduzida pela biomedicina. Jean-Jacques Courtine (2008) complementa que a "deformidade" não é uma condição fixa e universal. Sua definição muda consideravelmente entre diferentes culturas e épocas históricas. O que uma sociedade pode considerar uma "deformidade" pode ser visto como uma variação normal ou até mesmo um traço distintivo em outra. A construção social da deformidade, demonstra como ela é influenciada por normas estéticas, valores culturais e tecnologias médicas.

Segundo Débora Diniz (2007), o conceito de deficiência, inspirado em uma teorização sociológica, reconhece o sistema de opressão, dentro da estrutura social, contra os corpos com deficiência, pertinentes na sociedade. Não é mais uma simples expressão de uma lesão que impõe restrições à participação social de uma pessoa. Os estudos sobre deficiência acabaram por si, desmascarando o sistema que segrega o corpo deficiente e o distancia de uma normalidade frequentemente. A pessoa com deficiência introjeta ao longo da vida definições pejorativas e hostis

como: retardado, aleijado, mongolóide, manco, mudo, rengo, que ao serem escutados uma única vez, ferem e são carregados pro resto da vida.

A proteção contra a violência se torna mais complexa quando estamos carregando experiências e estereótipos que são marcados em seus meios sociais. As noções que reverberam a incapacidade, anormalidade e vulnerabilidade são duramente enfrentadas por pessoas com deficiência. Assim como há um grande número de pessoas da comunidade LGBT, negros, mulheres ou qualquer outra minoria que sofra opressão, caia na estatística do suicídio, vale ressaltar que isso também acontece com as pessoas com deficiência.

Os primeiros teóricos do "modelo social" optaram por "pessoa deficiente" e "deficiente" para demonstrar que a deficiência era uma característica individual na interação social. "Pessoa com deficiência" foi uma escolha que seguiu uma linha argumentativa semelhante e é a expressão mais comum no debate estadunidense, adotado pela lei brasileira de inclusão (Diniz, 2007).

O movimento feminista vigente na década de 90, composto majoritariamente por cuidadoras de pessoas com deficiência ou mulheres com deficiência, a partir das críticas, contribuíram para a incorporação de uma teoria da deficiência que considere a interdependência, ressaltando a reparação social e justiça, perante aos corpos com deficiência. Para tratar disso, trarei agora o relato de campo, via áudios de Ana, mulher preta de 50 anos, que relata o quanto que o processo de perda da sua visão foi difícil, pois não bastava ela se adaptar ao processo, a opinião das pessoas em sua volta, revelavam o capacitismo e o início de uma vida regada de maus olhares para sua nova realidade, a de conviver com a cegueira e como ela por si própria conseguiu rebobinar sua trajetória.

Foi quando o doutor falou para mim que não tem mais jeito, não ia dar mais pra tentar nada, rindo. Disse que os colírios não iam mais resolver. Simples assim. Voltei para casa com meu filho. Eu passei um ano em depressão, em casa, pela forma violenta que foi me passado a minha nova condição. Me peguei muito com Deus, mas depois eu vi que não era só questão de fé. Eu tinha que viver, eu tinha que me adaptar a aquele novo mundo. As pessoas diziam que eu não ia poder mais morar sozinha na minha casa e quando eu perdi a visão eu era divorciada, morava com meu filho de

quatro anos, na época. Mas eu mesmo assim insisti, eu comecei a me adaptar dentro de casa. Me machuquei, machuquei porque não tinha técnica e eu não aceitava ir para para o centro de atendimento para as pessoas cegas. Então, depois de um ano, eu disse: não, eu vou! Já estava adaptado dentro de casa, já usava, já cuidava do meu filho, cozinhou, cuidava das roupas, da casa no geral. Consegui aprender, mas eu achava que eu tenho que viver mais, porque antes de perder a visão, eu era cabeleireira, maquiadora, técnica de enfermagem, eu tinha o meu salão, eu dirigia, quer dizer eu tinha uma vida de total autonomia. Não ia me conformar em ficar só dentro de casa, como me diziam. Então eu fui à cheguei na escola Círio Acioli e fui incentivada a estudar. Cheguei lá e fui para a escola de canto, artesanato, braille, orientação, mobilidade. Mas eu achava que eu ainda poderia mais. Eu tinha parado no ensino médio, fui incentivada a estudar, fazer o ENCEJA para terminar o ensino médio. Resolvi fazer o enem, passei em letras, mas não era esse meu foco, então fiz o outro ano e passei em jornalismo. Hoje eu sou estudante de jornalismo, estou no sétimo período e a dificuldade foi grande para chegar na universidade, passei pelas cotas para pessoas com deficiência e negras. (Ana. Gravação de áudio. 2024).

Ao contrário do que o modelo biomédico ressalta, não são incapazes, mal formados ou presos às suas limitações corporais. Assim como todas as pessoas percebidas como “sem deficiência” as mulheres *defiças* possuem a necessidade de ter suas vozes ouvidas e de ter suas próprias experiências “contadas” como parte dos seus conhecimentos e tecnologias de habitar esse mundo desse o lugar da imersão na violência estrutural, não apenas como vítimas da opressão. A teorização sociológica da deficiência se articula de forma muito decisiva ao ativismo, postulando que pessoas com deficiência assumam o protagonismo das suas histórias e possam vivê-las em condições equânimes. Ou seja, sem que a incapacidade social de conviver com os corpos diferentes produza mais limitações de participação social ou danos psíquicos.

As críticas feministas argumentam que as experiências vividas por mulheres com mulheres com deficiência ou mulheres cuidadoras eram diferentes e desiguais

das que homens com deficiência viviam, deixando nítido que há opressões que necessitam de uma análise interseccional para tratar de pautas que estão interligadas. (Hill-Collins e Bilge, 2016). Judith Butler, (2015) nos mostra que o gênero caminha ao lado de outros marcadores, tais como: etnia/raça, classe social, idade, deficiência, região, etc. Portanto existem realidades diversas, que necessitam de recortes e debates específicos.

O movimento de mulheres tem liderado as principais discussões sobre gênero, fundamentado em uma análise crítica das explicações que naturalizam a desigualdade entre homens e mulheres. Os debates feministas iniciados na década de 1970, inspirados pelas reflexões de feministas norte-americanas e inglesas, buscaram compreender as dinâmicas de poder hierárquico e desigual que subordinam o feminino ao masculino. Louro (1997) destaca que foi a partir dessas discussões promovidas pelo movimento feminista que as ciências sociais começaram a investigar, sob a perspectiva cultural, como a suposta naturalização do poder masculino molda as experiências das mulheres. Esse movimento tem sido essencial tanto para a luta pela democratização de direitos quanto para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da equidade de gênero. A crítica feminista vem levantando a bandeira da subjetividade do que é estar vivendo num corpo deficiente e todas as questões que a norteiam. Denotam sobre a ambiguidade de não retomarem o debate ser uma pessoa com deficiência, mas também sobre as cuidadoras de pessoas com deficiência, que lidam com pessoas que são marcadas pelo processo produzido pelas imposições biológicas e as condições de seus corpos. Trouxe consigo também, para além da opressão do corpo, questões de raça, gênero, orientação sexual ou idade. Tendo em vista que o modelo social da deficiência não forçou uma análise prescrita dos valores morais e sociais dos indivíduos produtivo e pensou apenas na inserção dos deficientes sem ter pautado de forma correta a discussão moral.

As perspectivas feministas revigoram a tese social da deficiência e endossam novos ingredientes ao enfrentamento político da questão. Ressaltando a discussão sobre o cuidado mental e físico. Miriam Grossi (1994) destaca que, graças à atuação do movimento feminista, a violência contra as mulheres começou a ser entendida como uma questão política, rompendo com a visão biomédica que utilizava a suposta inferioridade feminina para justificar agressões. Um exemplo significativo trazido pela autora são as primeiras mobilizações contra o feminicídio, marcadas

pelo slogan “Quem ama não mata”, em 1979, que expressava a indignação frente aos assassinatos e agressões cometidos por companheiros contra suas parceiras.

A violência contra mulheres com deficiência é parte da questão maior que envolve a violência contra pessoas com deficiência em geral e inclui a violência cometida com força física, compulsão legal, coerção econômica, intimidação, manipulação psicológica, fraude e desinformação, e na qual a falta de consentimento livre e informado é um indispensável componente analítico. A violência também pode incluir omissões, tais como negligência deliberada ou falta de respeito, assim como excessos que machucam a integridade do corpo e/ou da mente de uma pessoa. Alguns tipos de violência contra mulheres com deficiência não são imediatamente percebidos como violência porque são legais e aceitos pela sociedade. Garland-Thomson (2002) constituindo o que chamou de teoria feminista da deficiência (*feminist disability theory*), tendo em vista a imagem que se cria ao pensar em mulheres e em pessoas com deficiência como inferiores, contraponto a visão social do homem branco e sem deficiência. A autora diz que as concepções de deficiência são construídas historicamente e culturalmente, evidenciando subjetividades e diferenciação dos corpos.

Discutir deficiência é discutir relação de poder, uma vez que se parte do pressuposto que homens, brancos e de classe social elevada, estão dentro dos padrões, gozando dos privilégios sociais e políticos (Garland-Thomson, 2002). Cabe aqui trazer a discussão de Judith Butler (2001) sobre o que ela vai chamar de corpos abjetos. Para Butler, há normas que delimitam quais vidas e corpos podem ser viáveis e devem ser preservados e protegidos, enquanto outros estão expostos à violência. O corpo abjeto seria aquele que não é visto como sujeito, ele habita uma dimensão inóspita no meio social. Estes corpos abjetos são aqueles excluídos, que precisam ser segregados para que sejam suportados. Eles expressam os limites para a inteligibilidade e aceitação social. Butler (2001) fala sobre a performatividade de gênero, atribuindo a esta, processos de construção e desconstrução, a partir das execuções repetidas de determinados atos. A exposição às diferentes formas de violência reitera essa condição abjeta das mulheres com deficiência, de tal modo que quando elas são consideradas como sujeitos de direitos, elas o fazem desde uma perspectiva negativa. Pautar o modelo social da deficiência é buscar a compreensão de que os corpos com deficiência quebram as barreiras das limitações que são impostas pelas estruturas patriarcais e capitalistas.

A teoria aleijada (Melo e Gavério, 2019), por sua vez, permite abordar os corpos abjetos desde uma outra perspectiva teórica e política. O termo significa “aleijado” engloba as diversas deficiências, mas também é utilizado com pessoas sem deficiência, no sentido de posicionamento político. Ela visa romper os binarismos culturalmente hierarquizados, argumentando que as experiências de deficiência são construídas de maneira complexa, através da interação de diversos sujeitos políticos, posições e diferenças culturais, muitas vezes moldadas por processos sociais que buscam normalizar. Ela dialoga com o pensamento queer, ou seja aquele que considera que qualquer “diferença que se recusa a ser assimilada ou tolerada, e, portanto, se manifesta de maneira transgressiva e perturbadora” (LOURO, 2001) tem uma potência política⁶.

. A teoria queer também exerceu influência nos estudos sobre deficiência, dando origem à teoria crip (McRUER; WILKERSON, 2003). Se, na teoria queer, o conceito central é a hegemonia da heteronormatividade na sociedade contemporânea, a teoria crip foca na corponormatividade, que revela uma estrutura social insensível à diversidade corporal.

A tradução de *crip* para “aleijado” em português enfoca e busca ressignificar o mesmo estigma presente no termo original, apontando a urgência da valorização das pessoas com deficiência no Brasil. Tal como o termo *queer*, o conceito de *crip* possui uma conotação desafiadora, pejorativa e provocadora, com a intenção de marcar o compromisso de sua abordagem em desestabilizar a normalização do corpo. Almeida (2011) constata que a violência é uma realidade para as mulheres, independente do acréscimo do marcador deficiência, porém o não reconhecimento do Estado, junto de sua omissão, corrobora com as práticas de violência da sociedade, perante corpos de mulheres com deficiência, ao não garantir proteção e efetivar políticas públicas. A invisibilização dessas violências prejudica o desenvolvimento de políticas públicas que pautem o enfrentamento cruzado do capacitismo e da violência de gênero. A falta de profissionalização dos responsáveis que para lidar com essas demandas, que puramente se baseiam no ponto de vista biomédico, limita a compreensão dos reais problemas acaba por corroborar

⁶ Segundo Miskolci (2009), a teoria queer emergiu nos Estados Unidos no final dos anos 1980, a partir da interação entre uma vertente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos e o pós-estruturalismo francês, que desafiou as ideias convencionais sobre sujeito, identidade, agência e identificação. Inicialmente, a teoria queer direcionou suas críticas aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero, bem como às políticas de identidade dos movimentos sociais.

desigualdades de gênero e do capacitismo, (Santos, 2022). Anaháí Guedes de Mello (2012) argumenta que a invisibilidade da violência contra as mulheres com deficiência está profundamente relacionada à ideia de corponormalidade, isto é, às normas de "normalidade" impostas aos corpos, que determinam quais podem ser reconhecidos como sujeitos políticos. Essa concepção posiciona pessoas com deficiência como politicamente inferiores, vistas como incapazes de ações autônomas e constantemente necessitando de reparação. O conceito de corponormalidade está enraizado no viés capacitista, que oprime corpos com deficiência de maneira semelhante ao racismo, que marginaliza pessoas negras, e ao machismo, que subjuga mulheres. O capacitismo reforça a dicotomia entre "normal" e "anormal", relegando pessoas com deficiência ao campo da "anormalidade", marcado por exclusões, enquanto a "normalidade" é atribuída aos corpos sem deficiência, considerados o padrão ideal de habilidades e capacidades. O capacitismo impede que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas plenamente em diversas áreas da vida social. A sociedade, ao não enxergar a mulher com deficiência como um ser com desejos, anseios e uma individualidade que vai além da deficiência, contribui para sua marginalização. Dessa forma, a vulnerabilidade das mulheres com deficiência deve ser entendida à luz de suas vivências únicas, levando em consideração as diferentes formas de preconceito e violência que marcam suas trajetórias.

A pandemia trouxe à tona um aumento nos casos de violência, especialmente no contexto doméstico, que é a forma mais comum de agressão contra essas mulheres. Desde 2020, esses casos começaram a receber mais visibilidade. No entanto, a ausência de registros adequados sobre a violência contra pessoas com deficiência dificulta a compreensão do real alcance do problema e a proposição de políticas eficazes. Entre os casos mais graves estão os de violência sexual, onde a falta de apoio institucional também é um problema, já que o Estado não investe o suficiente em órgãos públicos que possam oferecer prevenção e suporte às vítimas.

Uma proposta para enfrentar esse cenário é garantir moradia e cuidadores para mulheres com deficiência que precisem sair de seus lares, frequentemente o principal local de violência. Revela-se que mulheres com deficiência intelectual são particularmente vulneráveis a abusos, incluindo violência psicológica, que muitas vezes leva a comportamentos autolesivos e até ao suicídio. Porém, muitas dessas situações de violência autoprovocada têm como suspeitos os próprios responsáveis

ou cuidadores. Além disso, tanto a violência psicológica quanto a sexual contra mulheres com deficiência costumam ser recorrentes. Uma das soluções que eu observo, é a inclusão do ensino sobre violência de gênero nas escolas, tanto no nível básico quanto superior, especialmente para profissionais que trabalham com pessoas com deficiência.

O último subcapítulo discute como a interseccionalidade entre gênero, deficiência e padrões normativos de feminilidade afeta a autonomia das mulheres deficias. São abordadas questões como a medicalização de seus corpos, a negação de sua sexualidade e o medo constante da violência.

3.3 Do Gênero ao cuidado, do cuidado à sexualidade e temor da violência

A lógica do cuidado é, historicamente, associada como dever e prática das mulheres. A antropologia, juntamente com as ciências sociais e os debates feministas, têm uma relevância crucial ao destacar a necessidade urgente de discussão e ao desenvolver evidências empíricas sobre as experiências das pessoas com deficiência, bem como das cuidadoras das pessoas com deficiência, em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero. As críticas feministas delineiam um cenário onde as vidas das mulheres *defiças*, assim como das mulheres cuidadoras, desdobram-se em um tecido único de desigualdades, distinto das experiências dos homens *defiças* e dos homens que não cuidam. Neste intrincado bordado, emerge a clara necessidade de uma abordagem interseccional, pois estão em tela múltiplas opressões entrelaçadas (Collins e Bilge, 2016). A sexualidade da pessoa com deficiência instiga um imaginário infantilizador em relação aos prazeres, afetos, desafetos, laços, convívios e exploração da sua individualidade. Superestimando a incapacidade, sobressai a ideia de que as pessoas com deficiência intelectual sequer sabem que podem extrair prazer dos seus corpos, que elas não pensam ou sentem prazer. Entretanto, o prazer chega a uma zona mais legítima para os homens com deficiência. A lógica da dominação masculina atravessa as esferas das diferentes corporalidades. Mesmo quando homens vivem a experiência da deficiência, com algumas limitações físicas, os homens são encorajados a vê-las como desafios externos a serem superados, enquanto as mulheres muitas vezes se encontram reforçando aspectos de domesticidade e dependência devido à sua

condição física (Meinerz, 2010).

Durante uma roda de conversa sobre sexualidade da pessoa com deficiência que realizamos na Associação Pestalozzi de Maceió (Centro-Dia), reunimos mães de pessoas com deficiência. Para isso contamos com a fala e mediação da professora Nádia Meinerz, sobre o tema da sexualidade. Neste encontro as mães dos homens e mulheres assistidos pelo Centro-Dia puderam dialogar e ouvir sobre o tema em questão. Durante as falas, foi possível perceber a diferenciação da construção e “liberdade” da sexualidade dos filhos e filhas, onde a sexualidade dos filhos homens é mais aceita, em paralelo às limitações impostas para as filhas mulheres. Em relação ao que foi dito, trarei o relato de Josefa, mãe de um jovem com deficiência intelectual, onde essas diferenciações aparecem de forma contundente. Segue:

Quando ele era criança, essas coisas nem passavam pela minha cabeça. Era só uma criança que dependia inteiramente de mim. Sempre muito carinhoso, mas cresceu, já está ficando “danadinho”. Por ele ele viveria no mundo. Mas a gente tem as obrigações, não tem como ficar por aí. Eu aprendi que quanto à sexualidade, ele não incomoda ninguém. Foi no tempo dele. Foi espontâneo. Quando ele quer fazer as coisas dele, ele faz e eu respeito. Finjo que nem vejo. É normal, né? Aí eu deixo meu bebezão (Josefa. Gravação de áudio. 2023).

O relato que foi apresentado, vislumbra a responsabilidade intensiva do cuidado exercida pela mãe de um jovem com deficiência. Apesar dos seus ciclos de convivência restritos, o jovem tem sua individualidade, no que tange a apropriação do corpo para o prazer sexual, minimamente digna de ser respeitada. Nessa perspectiva, a crítica se volta para as iniciativas de desenvolvimento de tecnologias de reabilitação concentradas na disfunção sexual masculina, sugerindo uma subvalorização da sexualidade feminina.

Este modelo implica que as restrições na expressão da sexualidade não são simplesmente resultado das diferenças físicas e psicológicas associadas às condições corporais variadas, mas sim das expectativas sobre o que constitui normalidade sexual, as quais não contemplam as vivências das pessoas com

deficiência. Em resumo, o que limita a vivência sexual para além das barreiras físicas e/ou cognitivas são as normas sociais que estabelecem os parâmetros do que é considerado aceitável e possível sexualmente (Meinerz, 2010). Em contrapartida, mostrarei o relato de Maria, mãe de uma jovem com deficiência intelectual, que narra o controle e negação das experiências de sexualidade vividas por sua filha.

Olhe, a minha filha tem uns 25 anos, tem deficiência intelectual, mas tem um fogo que nem cabe nela. Eu fico agoniada com ela. Eu nunca vi uma pessoa ser desse jeito para gostar tanto dessas coisas. Ela arrumou um namorado que tinha deficiência também e morava aqui perto, mas eu não permiti que ela namorasse, mas como impede, né? A mãe dele apoiava, mas eu nunca deixei. Graças a Deus ele foi embora morar em outra cidade, mas ela continuou e não sei como é que eles conseguem isso não. Se deixar ela fica o tempo conversando no celular por ligação com ele. Aquela ali tem um fogo danado. Eu só escuto eles conversando e ela fazendo uns sons esquisitos, chega dá vontade pegar o celular e não deixar nunca mais eles se falarem. Olhe, eu não consigo impedir ela de fazer essas coisas não. Eu até levei ela no médico para tentar tirar as trompas dela, mas o médico não quis. Mas eu ia tirar, porque eu não aguento. Ela é muito fogosa e eu vejo quase a hora dela pegar um bucho. Mas e aí, ela não tem condições de cuidar. Ela já é cuidada por mim. Vou ter mais um? (Maria. Gravação de áudio. 2023).

Este outro relato, é sobre a mãe de uma jovem *defiça*. Ao trazer a experiência dela enquanto mãe e cuidadora, percebe-se a exaustão, impaciência e pulsão a negar a sexualidade da filha. Por um lado temos a visão e escuta de uma mãe cansada, sem uma rede de apoio que possa apresentar novas possibilidades de cuidado, representada pela preocupação excessiva também, pela filha apresentar os florescimento da sua sexualidade de forma não cautelosa. Por outro lado, percebemos a extrema violência que pessoas com deficiência experienciam. A privação da sexualidade, a falta de autonomia e mutilações que estão fora do âmbito de escolha.

Hirata (2016), chama a atenção para a exploração da subjetividade e a

sexualidade das pessoas que realizam trabalhos de cuidado, como cuidadores de idosos, enfermeiros e trabalhadores domésticos que acabam por serem influenciadas pelo contexto laboral e pelas relações de poder presentes nesses ambientes. A invisibilidade desses trabalhadores, as dinâmicas de gênero envolvidas no cuidado e as noções de sexualidade e afetividade se entrelaçam com as práticas de trabalho e as relações interpessoais no contexto do cuidado. Esta mesma mãe, fala que depois do nascimento da filha, ela perdeu totalmente a vontade de se relacionar afetivamente com pessoas. Sua fala soa estar exausta das frustrações vividas por ela. Junto da negação da sexualidade da filha, vem junto uma percepção profundamente negativa da sua própria sexualidade, e um enxugamento de sua individualidade no papel parental.

Durante sua colocação, esta mesma mãe fala sobre o medo que ela sente das aproximações das pessoas, principalmente de homens, porque sua filha já foi estuprada. Ela não entrou em detalhes sobre o ocorrido, mas percebe-se na sua fala, que ela visualiza sua filha como alguém que é vista como frágil, podendo ser posse de alguém, sem direito de escolhas. As aproximações, não representam vínculos confiáveis para ela. Ela é a única pessoa em que a filha pode confiar, segundo ela. Ela fala sobre a violência vivida pela filha, diz muito sobre a vivência subjetiva do corpo que vive a deficiência, que redefine a experiência de transcendência corporal, transformando-a em experiências de dor para as mulheres que vivenciam seus "corpos lesionados". As pesquisadoras feministas que criticaram o modelo social da deficiência muitas vezes também eram cuidadoras de pessoas com deficiência ou mulheres com deficiência. A partir dessas perspectivas, o gênero se tornou uma lente através da qual as necessidades reais das mulheres com deficiência podem ser examinadas de diversas maneiras. Suas experiências emergem da vivência em corpos marcados pela deficiência, em uma sociedade profundamente desigual.

O debate também abrange a questão do cuidado e como as mulheres cuidadoras enfrentam os desafios relacionados à deficiência. Segundo Raquel Guimarães (2010), o ato de cuidar frequentemente é associado ao gênero feminino, o que leva à sobrecarga das mulheres quando são obrigadas a assumir essa responsabilidade de forma exclusiva. No entanto, a prática do cuidado não deve ser limitada a um papel social de gênero; ao contrário, deve ser uma responsabilidade garantida pelo Estado, por meio de políticas eficazes que reconheçam as necessidades específicas das pessoas com deficiência em diversos contextos.

Desta forma, o fardo do cuidado recai apenas sobre as mulheres cuidadoras (Nussbaum, 2010), seja na esfera da família ou entre as profissionais da saúde, que muitas vezes são consideradas o padrão ideal para o cuidado. Vale ressaltar que a relação entre cuidado e gênero, também passa por microviolências menos evidentes, como a exposição de normalização de violências, tanto para mãe, quanto para a filha, que porventura esteja a sofrer esse tipo de violência. As relações em ambientes domésticos, às vezes, não são conduzidas de maneira saudável. Há inúmeros fatores que perpassam o cuidado, vínculo familiar e violências.

Roberta, que convive com miopia degenerativa, citada anteriormente, salienta durante a pesquisa, que aconteceu de forma virtual via troca de áudios, destaca com naturalidade que para ela, toda discriminação começa em casa. Apesar da sua experiência marcada pelo capacitismo, surge a violência de gênero/doméstica, a partir de abusos, por parte de seu pai. Ela conta que sua mãe a cuidava, mas a violentava de diversas formas: fisicamente, psicologicamente e ao negligenciar os ocorridos. A relação entre vítima e agressor possui uma linha tênue nesse caso. Ao mesmo tempo em que a mãe também vivenciava outras violências por parte de seu marido, ela também gerenciava violências que também a atravessavam. Por um momento o ciúme, o ciclo contínuo de violência, manipulação psicológica se unem em um só nó. Relata Roberta:

Minha mãe era uma pessoa um pouco descontrolada e o meu pai tinha um amor diferente por mim, ela sentia ciúmes, né? E ele tratava diferente a mim e ao meu irmão ele já não tratava bem. Então ela dedicou seu amor ao filho homem, que era negligenciado pelo pai, maltratado, e o seu ódio para sua filha mulher. Eu digo ódio porque realmente eu sofri muito, sofri assim uma coisa muito séria, que ela me batia muito, ela dizia coisas horríveis comigo. Me maltratava com palavras que eu nem sabia o que era. Vim saber depois de adulta. Jogava praga e tudo. Eu não entendia qual era a falta de amor, mas na verdade era o meu pai, o interesse do meu pai. Então eu fui abusada pelo meu pai até eu entender e dizer que ia botar na cadeia. Agora minha mãe sabia, porque quando ela ia sair eu implorava para ela não me deixar com o meu pai. Aí ela dizia: deixa de frescura, tome vergonha na sua cara! Então eu creio que ela sabia e o ódio dela por mim era justamente isso. Porque ela sabia que se ela

demonstrasse que sabia tinha que tomar atitude. Então eu não tive uma infância muito boa não. E quando eu completei 12 anos, comecei a entender, e aí eu comecei a ameaçar, tanto ameaçar ele quanto ameaçar ela né. Porque é primeiro de que teve uma vez teve, acho que eu tinha uns 10 anos ou 12 anos, teve um exame de médico e quando eu ainda estava com as marcas da última pisa que ela me deu, estava com as marcas bem feias. Aí eu tive uma consulta no médico, na época eu não entendi, depois eu entendi. Eles me colocaram numa sala, eu fiquei de costas para a parede e aí ficou uma pessoa conversando comigo. Enquanto isso, vinha outras pessoas entrando para ver as marcas que estavam nas costas, que eram muitas, porque minha mãe matou uma árvore de goiabeira só pra me bater. O povo é romantiza apanhar quando criança, mas eu não acho que... eu não romantizo. (Roberta. Gravação de áudio. 2023).

Os sujeitos ocupam o espaço de constituir perspectivas, a partir de suas falas e concepções (Haraway, 1995). No entanto, a antropologia vem progredindo no engajamento do desenvolvimento e na promoção de estudos sobre corpos com deficiência. No contexto brasileiro, esses estudos têm surgido de maneira tardia, especialmente após a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em 2015. À medida que os debates avançam, torna-se cada vez mais urgente abordar questões específicas, como as experiências das mulheres com deficiência, cujos trajetos diários são caracterizados por uma dupla vulnerabilidade social, influenciada pela interseccionalidade de gênero e capacitismo.

As noções de corpo, identidade e gênero, apresentadas por Oyewumi, fazem-nos pensar sobre como as diferentes corporalidades, identidades, são avaliadas como úteis ou inúteis para o saber ocidental, em paralelo às concepções e contraposições yorubás, que se diferenciam dos padrões ocidentais. O gênero é uma ferramenta formadora pra sociedade, cujo as suas descendências são visíveis em qualquer nível de análise, e a maior parte da sua disseminação, onde a dominação masculina é realizada através dos processos de socialização que afetam sentimentos, pensamentos, comportamentos e identidades dos indivíduos (Silveira, 2006). As relações de gênero são marcadas pela construção que homens e mulheres vão tendo ao longo da sua formação em sociedade.

Oyewumi (2021) traz a perspectiva da sua comunidade lorubá, com as divisões de gênero após o período colonial, fazendo-nos pensar sobre como as diferentes corporalidades, identidades, são avaliadas como úteis ou inúteis para o saber ocidental, em paralelo às concepções e contraposições lorubás, que se diferenciavam dos padrões ocidentais. Oyewumi me ajuda a pensar em como algumas percepções de gênero foram construídas, pela lógica ocidental, para designar os locais de poder que mulheres e homens ocupam na sociedade. Piscitelli (2009) fala sobre a construção, desconstrução e reconstrução, que moldam as especificidades do gênero, destacando as influências culturais, sociais, políticas e acadêmicas que moldaram a sua definição e sua aplicação em diferentes contextos e sobre como as relações de poder, as identidades de gênero, as lutas feministas e as transformações nas concepções sobre sexualidade e diversidade se entrelaçam com o avançar dos emaranhados discursivos. A experiência de gênero não se desassocia de raça/etnia, classe, deficiência, sexualidade etc., merecendo uma abordagem interseccional no campo de estudos da violência de gênero (Mello, 2012). Mulheres com deficiência também possuem uma, são inseridas no contexto de violência, por carregarem o estigma de serem infantilizadas, incapacitadas, junto de todas as mazelas sociais que foram construídas historicamente.

No Brasil, segundo dados do Censo de 2022, cerca de 18,6 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Como parte desse todo, mais da metade são mulheres, contabilizando cerca de 10,7 milhões de mulheres com deficiência. O ativismo das pessoas com deficiência enfatiza que, apesar da existência de leis e políticas públicas destinadas a garantir, proteger e promover os direitos das mulheres no Brasil, as mulheres com deficiência ainda não são reconhecidas e ouvidas adequadamente. A interpretação constitucional e social das pessoas com deficiência muitas vezes se limita à proteção, o que resulta em ciclos cada vez mais restritos e segregados para elas. Raramente é concedida a oportunidade de ocupar espaços como sujeitos políticos, protagonistas de suas próprias trajetórias no trabalho, nos estudos e na história pessoal. A partir de uma leitura social da deficiência temos que a segregação social é um fator a ser considerado, relacionada a atitudes como infantilização, e pressuposições de incapacidade, de anormalidade e dependência (Diniz, 2007). A última década é acompanhada por avanços na proteção constitucional às mulheres, porém insuficientes quando são feitos recortes de quais mulheres não entram nesta rede de uma suposta rede de proteção. Mulheres que

fazem parte das minorias sociais, não brancas e não cis-hetero-normativas. Dentro deste contexto, encontram-se as mulheres com deficiência, que pouco são contempladas por projetos que correspondam às especificidades. Ao pensar nisto, pessoas com deficiência em geral, acabam por experienciar tutelas e a superproteção, que geram as dimensões de segregação.

A lei que percebe os corpos deficias como “capazes” de serem incluídos em todas as esferas da sociedade civil é de poucos anos atrás. A Lei nº 13.146, chamada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência foi criada em 6 de julho de 2015. Esta lei surge com a finalidade de instruir a adequação da sociedade civil e a fomentar a autonomia das pessoas com deficiência. Segundo Wenderson Santos e Olemar Guilherme Cunha (2022), a LBI passou a desconsiderar parcialmente pessoas com deficiência incapazes de exercer funções sociais, configurando essa Lei que coloca “apenas” as pessoas com deficiência menores de 16 anos, como incapazes de ter uma completa autonomia, bem como a concepção parcial de discernimento das pessoas com “deficiência mental”. O saber hegemônico biomédico, ao longo dos tempos estabelece o poder de dominação e supremacia, baseado no conhecimento e práticas biomédicas. Essa abordagem tem comumente a utilização dos elementos laborais e científicos, que buscam patologizar todas as causas com argumentos biológicos, tornando irrelevante a compreensão de fatores sociais, psicológicos, culturais e ambientais que venham fazer parte da constituição de um corpo. A concepção de normalidade, ressaltada pelo modelo biomédico que produz um padrão de funcionamento do indivíduo, respaldando a moralidade da produtividade para se adequarem à sociedade. Essa concepção sobre deficiência produz opressão aos corpos de pessoas com deficiência, fazendo com que surja a necessidade desses corpos serem entendidos em termos políticos e não mais estritamente biomédicos (Diniz, 2007). Esses discursos de anormalidade e incapacidade, produzem o estreitamento de ciclos sociais onde as pessoas com deficiência ficam sobrepostas a experiência da segregação. O modelo biomédico ao pensar a deficiência, ao ressaltar a ideia de impedimento e anormalidade, bebe dessa concepção para ressaltar a ideia de improdutividade e tragédia pessoal, classificando as lesões e as doenças como desvantagens naturais e indesejadas. Veena Das (2020), ressalta a importância de amplificar as narrativas muitas vezes silenciadas e invisíveis das mulheres, desafiando, desse modo, a continuidade do

silêncio como uma expressão de resistência e fortalecimento.

O argumento da dupla opressão é colocado a partir da discussão da sexualidade, mas sobretudo da vulnerabilidade empregada pelo capacitismo para as pessoas com deficiência e também da violência de gênero. A história das mulheres no Brasil, trata da intersecção das identidades de gênero, maternidade e classe social, destacando as experiências específicas das mulheres que enfrentam simultaneamente a pobreza e a responsabilidade da maternidade, explorando os desafios enfrentados por essas mulheres, como a falta de acesso a recursos, educação, saúde e oportunidades de trabalho digno, bem como as estratégias de resistência e solidariedade que emergem dessas experiências. Também é sobre abordar questões como desigualdade social, políticas públicas voltadas para mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade e as formas como essas mulheres têm sido historicamente representadas e marginalizadas na sociedade brasileira (Fonseca, 1997).

4. Considerações Finais

A pesquisa realizada evidencia de forma contundente que as mulheres com deficiência enfrentam uma convergência de múltiplas opressões, sendo a violência uma consequência direta da interseção entre gênero, capacitismo, raça e outras categorias sociais. Através de narrativas etnográficas, foi possível revelar experiências que, muitas vezes, permanecem invisibilizadas, expondo não apenas vulnerabilidades, mas também potentes formas de resistência e estratégias de luta por reconhecimento e dignidade. Essas vivências demonstram que as mulheres com deficiência carregam, além do peso de desigualdades históricas, as marcas de uma exclusão estrutural reforçada pela negligência social, cultural e política.

Ao longo da pesquisa, ficou evidente que a desigualdade de gênero e o capacitismo atuam como forças estruturais que moldam as experiências dessas mulheres, restringindo suas possibilidades e impactando profundamente suas vidas. Esse cenário torna imperativo um enfrentamento articulado entre as múltiplas formas de opressão, tendo em vista a complexidade e especificidade das vivências narradas. No entanto, a falta de visibilidade sobre as necessidades e particularidades das mulheres com deficiência representa um grande obstáculo para a criação de políticas públicas eficazes. O Estado precisa assumir um papel mais ativo, subsidiando iniciativas políticas e sociais que combatam as barreiras impostas por essas opressões e ofereçam condições reais para o alcance de uma qualidade de vida digna.

É essencial que o debate sobre deficiência ultrapasse os limites do senso comum, muitas vezes reduzido a interpretações biomédicas que reforçam estigmas e preconceitos. O discurso biomédico, centrado na ideia de que corpos com deficiência são inadequados ou menos capazes, precisa ser desafiado por uma

perspectiva que valorize o modelo social da deficiência. Esse modelo aponta que não são as compreensões biológicas que resultam em leituras sociais nessas diferenças, profundamente enraizadas em estruturas opressoras, que relegam as pessoas com deficiência a lugares de subalternidade. Desta forma é necessário que a gente parta da diferença, e não da igualdade para compreender a multiplicidade de experiências. Nesse sentido, a produção de conhecimento pelas universidades desempenha um papel fundamental. Instituições acadêmicas precisam se comprometer em gerar dados e análises críticas que desafiem as visões reducionistas e promovam um entendimento verdadeiramente inclusivo e transformador.

Embora leis como a Lei Brasileira de Inclusão e a Lei Maria da Penha representem marcos importantes na garantia de direitos das mulheres e das pessoas com deficiência, elas ainda não são suficientes para lidar com a complexidade das demandas enfrentadas por esses grupos. Persistem barreiras significativas, muitas vezes invisíveis, que dificultam o acesso dessas mulheres a redes de apoio, proteção e justiça. A violência contra mulheres com deficiência permanece como uma questão marginalizada, sendo raramente discutida em espaços públicos e privados. Essa invisibilidade agrava a exclusão dessas mulheres, especialmente em regiões como Alagoas, marcadas por desigualdades estruturais que reforçam a precariedade de suas condições de vida e acesso a direitos.

Ademais, é importante destacar que as expectativas sociais em torno de corpos "ideais" são amplamente influenciadas por um discurso biomédico que privilegia padrões de normalidade. Essa visão exclui aqueles que não se adequam a esses critérios, intensificando a exclusão de corpos considerados dissidentes. A experiência de ser mulher com deficiência, portanto, é atravessada por múltiplas camadas de opressão, que vão desde a exclusão nos espaços de trabalho e educação até a violência física, psicológica e sexual, frequentemente silenciadas pela sociedade. Este trabalho reafirma a importância de integrar as perspectivas feministas e interseccionais aos debates sobre violência e deficiência, tanto no âmbito acadêmico quanto na formulação de políticas públicas. Essas perspectivas permitem um olhar mais abrangente e crítico sobre as estruturas de poder que perpetuam a exclusão. Ao registrar as trajetórias e vozes das mulheres com deficiência, esta dissertação não apenas contribui para o enriquecimento das

ciências sociais e da antropologia, mas também lança luz sobre a urgência de reconfigurar práticas sociais e institucionais que sustentam a violência e a discriminação. Assim, aponta caminhos para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva, onde corpos diversos possam existir e resistir com plenitude, reconhecimento e respeito.

Referências:

ALMEIDA, Haynara Jocely Lima de. Vulnerabilidade de mulheres com deficiência que sofrem violência. 2011. 55 f. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

AGÊNCIA BRASIL. Governo Federal anuncia novas entregas voltadas às pessoas com deficiência. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202407/governo-federal-anuncia-novas-entregas-voltadas-as-pessoas-com-deficiencia-1>. Acesso em: 1 nov. 2024

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019.

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. *Equatorial*, 5(8), 2018 (1996).

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

AMIRALIAN, M. L. T et al. Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*. v.34, nº1, p. COLOCAR, 2000. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

BANIWA, Gersem. Os Desafios da Educação Indígena Intercultural no Brasil: avanços e limites na construção de políticas públicas. In: NÖTZOLD, Ana Lúcia Vulfe. ROSA, Helena Alpini. BRINGMANN, Sandor Fernando (Orgs.). *Etnohistória, História Indígena, e Educação: contribuições ao debate*. Porto Alegre: Pallotti, 2012

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: 10.1590/S0103-33522013000200004. Acesso em 03/02/2021.

BAMPI, L. N. S.; GUILHEM, D; ALVES, E. D. Modelo social: uma nova abordagem para o tema deficiência. Ribeirão Preto: Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, n. 4, p. 816-823, 2010. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

BENEDICT, Ruth. Patterns of Culture. Boston; Nova York: Houghton Mifflin Company, 1934.

BOAN, R et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. Florianópolis: Estudos Feministas, 2019.

BOURDIEU, P. (1995). A dominação masculina. Educação & Realidade, 20(2), 133-184.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAIDOTTI, R. *Lo posthumano*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2015.

BRASIL. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre a violência contra as Mulheres. Brasília, 2013. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

BRASIL. SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2004. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: Indicadores nacionais e estaduais. 2. ed. Brasília, 2018. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'*. In: LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

BUTLER, J. *Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, M. de L. FEMINISMO E MOVIMENTOS DE MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO: A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES COLETIVAS E A BUSCA DE INCIDÊNCIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS. *Revista Sociais e Humanas*, [S. l.], v. 30, n. 2, 2017. DOI: 10.5902/2317175827310. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310>. Acesso em: 1 nov. 2024.

CARNIEL, Fagner; MELLO, Anahí Guedes de. “Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro?”. *Contemporânea*, v. 11, p. 490-505, 2021.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Intersectionality* Cambridge, Malden: Polity Press, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques. *Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas*. Trad. Carlos Piovezani. In: SARGENTINI, Vanice; GREGOLIN, Maria do Rosário (orgs.). *Análise do discurso: heranças, métodos e objetos*. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

COMAROFF, Jean; COMAROFF, John (2010). *Etnografia e imaginação histórica*. *Revista Proa*, 2(1): 1-72.

Conjur. Aumento de penas para crimes contra a mulher não é solução para reduzir violência. Conjur, 28 out. 2024. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2024-out-28/aumento-de-penas-para-crimes-contra-a-mulher-nao-e-solucao-para-reduzir-violencia/#:~:text=E%20agora%20a%20Lei%2014.994,poder%C3%A1%20passar%20dos%2060%20anos>. Acesso em: 1 nov. 2024.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos. Vitória: Ministério Público do Trabalho, 2014. 124p.

CURIEL, Ochy. “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Comp.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.

CURIEL, Ochy. “Conversa com Ochy Curiel: ‘o poder deve ser trabalhado na comunidade’”. Fundação Rosa Luxemburgo. Brasil e Uruguai, 13/12/2021. Disponível em Disponível em <https://rosalux.org.br/conversa-com-ochy-curiel-o-poder-deve-ser-trabalhado-na-comunidade/> Acesso em 03/03/2023.

DAS, Veena. 2020a. Vida e Palavras A Violência e sua Descida ao Ordinário São Paulo: Editora da Unifesp.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, n. 66, p. 165-211, 2008. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

DEL PRIORE, Mary (org.). História das mulheres no brasil. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2013. 678 p.

DINIZ, D. O que é deficiência. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. Feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 3ª Reimpressão.

GARLAND-THOMSON, R. Integrating disability, transforming feminist theory". *NWSA Journal*, v. 14, n. 3, p. 1-32, 2002. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

GARLAND-THOMSON, R. Feminist Disability Studies. *Journal of Women in Culture and Society*, v. 30, n. 2, p. 1557-1587, 2005. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

GAVERIO, Marco A. Nada sobre nós, sem nossos corpos! O local do corpo deficiente nos disability studies. *Revista Argumentos*, v. 14. n. COLOCAR, p. COLOCAR, 2017. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí G. "Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social". In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa L. K.; LOPES, Paula H. (Eds.). *Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social* Curitiba: CRV, 2020. p. 17-35.

GESSER, Marivete; MORAES, Marcia Oliveira; VALE, Gislana Maria do Socorro 1Monte do. "Decolonizar a capacidade, latinizar os estudos feministas da deficiência". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 32, n. 3, e101138, 2024

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade* Rio de Janeiro: Casa das Américas, 1988.

GONZALEZ, Lélia. "Por um feminismo afro-latino-americano". In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Comp.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 38-51.

GREGORI, M. F. *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993.

GUIMARÃES, R. Gênero e deficiência: um estudo sobre as relações de cuidado”. In: DINIZ, D; SANTOS, W. Deficiência e discriminação. Brasília: Letras Livres, 2010. P. 197-228.

GROSSI, M. P.. Velhas e Novas Violências Contra A Mulher: 15 Anos de Lutas e Estudos Feministas. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), BRASIL, v. ESP., p. 473-484, 1994.

HARAWAY, D. J. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: HARAWAY, D. J.; KUNZRU, H; TADEU, T. Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano Trad. de Tomaz Tadeu, 2009. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 33- 118.

HARAWAY, D. J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Trad. de Mariza Corrêa. Cadernos Pagu, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. Cadernos Pagu, 2016, n. 46, pp. 151–163. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460151>

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. “Introdução”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Comp.). Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

JAGGAR, A. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: BARBOSA, L. M. Gênero, corpo e conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 157-180.

LAURETIS, T. de. (1994) Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B, de. Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura Rio de Janeiro: Rocco, p. 206-241.

LEITE, A. C. D. T. Violência doméstica em Alagoas: rede de apoio e acessibilidade. 2019. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de

Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Curso de História, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ. Uma perspectiva pós-estruturalista. Vozes, 1997.

Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/%x>

McCLINTOCK, Anne. Genealogia do Imperialismo. In: Couro Imperial: Raça, Gênero e Sexualidade no Embate Colonial. São Paulo: Editora da Unicamp, 2010. (pgs. 43-122).

MEAD, Margaret. *Sex and temperament in three primitive societies*, New York, William Morrow and c. 1935 (Trad. Bras. Rosa R. Krausz. São Paulo, Perspectiva, 2000)

MELLO, A. G. A Construção da Pessoa na Experiência da Deficiência: corpo, gênero, sexualidade, subjetividade e saúde mental. In: MALUF, S. W; TORNQUIST, C. S. Gênero, Saúde e Aflição: abordagens antropológicas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.b

MELLO, A. G. Gênero, deficiência, cuidado e capacitismo: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações de violência contra mulheres com deficiência. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010a.

MELLO, Anahi Guedes de. Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. “Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas”. Revista Estudos Feministas, v. 20, n.3, p. COLOCAR, 2012. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

MELLO, Anahí Guedes de; GESSER, Marivete; DINIZ, Debora. “Diálogos feministas sobre a deficiência”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 32, n. 3, e102006, 2024.

MELLO, Anahí Guedes de; AYDOS, Valéria; SHUCH, Patrice. Aleijar as antropologias a partir das mediações da deficiência, Horizontes Antropológicos, 64 | -1, 7-29. 2022.

MELLO, Anahi G.; GAVERIO, Marco A. Fatos da aleijadice à brasileira: diálogos com Avatar, o filme. ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO , p. 43-65, 2019

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. - Petrópolis, RJ: vozes, 2001.

MEINERZ, Nádia Elisa. Corpo e outras (de)limitações sexuais: uma análise antropológica da revista Sexuality and Disability entre os anos de 1996 e 2006. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 72, febrero, 2010, pp. 117-131.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-45222009000100008>.

MUNANGA, Kabengele. O mundo e a diversidade: questões em debate. Estudos Avançados, São Paulo, v. 36, n. 105, p. 117-129, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36105.008>>.

NUSSBAUM, Ma. Capacidade e Justiça Social. In: DINIZ, D; MEDEIROS, M; BARBOSA, L; Deficiência e Igualdade. Brasília: Letras Livres e Editora da UNB, 2010.

Nussbaum, Martha C. Sex and Social Justice. New York: Oxford University Press, 1999.

OLIVER, Michael. The Politics of Disablement New York: Macmillan, 1990.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos. In: A invenção das Mulheres. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PANKARARU, Elisa Urbano Ramos. Mulheres lideranças indígenas em Pernambuco: espaço de poder onde acontece a equidade de gênero. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, 2019.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. Diferenças, igualdade. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. Introdução. In: ROSALDO, Michelle.; LAMPHERE, Louise. (coord.). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 17-64, 1979.

ROBERT McRUER; WILKERSON A. L. Desiring Disability: queer theory meets disability studies. A Journal of Lesbian and Gay Studies, v. 9, n. 1-2, 2003

Saba Mahmood, «Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito», *Etnográfica*, vol. 23 (1) | 2006, 135-175.

SAFFIOTI, H. Gênero, patriarcado, violência. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S de. Violência de gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth. (2001) Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. Cadernos Pagu. Campinas, n. 16, p. 115-136.

SANTOS, E. B. F. Um estudo bibliográfico sobre mulheres deficias submersas em sociedades de violência. 2022. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2022.

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial” in Epistemologias Feministas: ao encontro da crítica radical. e-cadernos CES. Nº 18, 2012, pp. 106-131.

SILVEIRA, I. T. Sociedade, educação e família. Revista Histedbr On-line, v. 22, n. FALTA. p. 180-193, 2006. Disponível em: LINK. Acesso em: DATA DE ACESSO. 2024.

STRATHERN, M. Sem natureza e sem cultura: o caso Hagen. In: Efeito Etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, (pag. 23-76)

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. "Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena". In: VIVEIROS DE CASTRO. A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaaios. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.